



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

ATA N.º 1/2021

Aos vinte e seis dias do mês de fevereiro de 2021, pelas 9 horas e 30 minutos, reuniu em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Castelo Branco, cuja mesa foi presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal, Arnaldo Jorge Pacheco Braz, pelo Primeiro Secretário, Carlos Simão Martins Mingacho e pela Segunda Secretária, Teresa Paula Baptista dos Santos Crúzio, com a seguinte ordem de trabalhos:

I – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

A preencher nos termos do Regimento.

II – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

Ponto 1 - Aprovação da ata n.º 6, referente à sessão de 16/12/2020.

Ponto 2 - Apreciar uma informação do Presidente da Câmara sobre a atividade municipal e situação financeira do Município.

Ponto 3 - Discussão e votação das propostas de “Declaração de Interesse Público”:

3.1. Construção de Adegas, sito em Vale Sande e Anexos, Tinalhas.”. (**Proposta n.º 1/2021**)

3.2. Instalação de Parque Solar Fotovoltaico, em Alcains. Hidroerg – Projetos Energéticos, lda.”. (**Proposta n.º 2/2021**)

Ponto 4 - Discussão e votação da proposta de “Celebração de Contratos Interadministrativos com Juntas e Uniões de Freguesias”:

4.1. Retificação do Contrato Interadministrativo. Pessoal Não Docente – Refeições Pré-Escolar e 1.º Ciclo. Junta de Freguesia de Lardosa. (**Proposta n.º 3/2021**)



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

4.2. União das Freguesias de Escalos de Baixo e Mata. Instalação do Espaço Cidadão. **(Proposta nº. 4/2021)**

4.3. União das Freguesias de Freixial e Juncal do Campo. Ampliação do Centro Comunitário do Barbaído. **(Proposta nº. 5/2021)**

4.4. União das Freguesias de Cebolais de Cima e Retaxo. Obras nos Cemitérios da Freguesia. **(Proposta nº. 6/2021)**

4.5. Junta de Freguesia de Sarzedas. Apoio Financeiro à População de Lisga. Incêndio de 13 de Setembro de 2020. **(Proposta nº. 7/2021)**

Ponto 5 - Discussão e votação da proposta de “Regulamento Municipal de Toponímia e Numeração de Polícia do Município de Castelo Branco”. **(Proposta nº. 8/2021)**

Ponto 6 - Discussão e votação da proposta de Mapa de “Fluxos de Caixa”:

6.1. Câmara Municipal de Castelo Branco. **(Proposta nº. 9/2021)**

6.2. Serviços Municipalizados de Castelo Branco. **(Proposta nº. 10/2021)**

Ponto 7 - Discussão e votação da proposta de “1ª. Alteração Orçamental Modificação/Revisão”:

7.1. Câmara Municipal de Castelo Branco. **(Proposta nº. 11/2021)**

7.2. Serviços Municipalizados de Castelo Branco. **(Proposta nº. 12/2021)**

MEMBROS PRESENTES À SESSÃO

Arnaldo Jorge Pacheco Braz, Maria Hortense Nunes Martins, Carlos Simão Martins Mingacho, Maria de Lurdes Gouveia da Costa Barata, Jorge Manuel Vieira Neves, João Miguel Correia Dias Pereira, Maria Cristina Vicente Pires Granada, José Dias dos Santos Pires, Maria da Graça Vilela Ventura, Joaquim Manuel Faustino (em substituição de Nuno Miguel Correia Teixeira Maia), Francisco Manuel Pombo Lopes, Maria do Carmo Almeida Nunes, Carlos Alberto da Conceição Casal, José Alberto Moreira Duarte, Miguel Gregório Barroso, Álvaro Manuel Reis Batista, Nuno Duarte Mimoso Figuinha, Eliseu Matos Pereira, José Manuel Pires, Fatima Quintas (em



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

substituição de Carina Sofia Filipe Caetano), Diogo Nuno Ribeiro Pita Botelho (em substituição de Francisco de Assis Palhinha de Oliveira Martins), Mário Gregório Barata Rosa, André de Jesus Gonçalves, Carlos Alberto Mendes Barreto, António Manuel Figueiredo Sanches, Pedro João Martins Serra, Jorge Manuel Ferreirinho Diogo, Teresa Paula Baptista dos Santos Crúzio, Hugo Alexandre Gomes Dias, Luís Manuel de Andrade, Vítor Manuel Ribeiro Louro, Celeste Nunes Rodrigues, José Carlos Ramos Dé, Severino Miguel da Conceição Vaz, António Manuel Falcão Antunes, João Miguel Teles Baltazar, Ernestina Gens da Conceição Baptista Perquilhas, António Manuel Varanda Marcelino e João Paulo Ramos Martinho.

JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS

Nuno Miguel Correia Teixeira Maia, Carina Sofia Filipe Caetano e Francisco de Assis Palhinha de Oliveira Martins.

CORRESPONDENCIA RECEBIDA

Da Câmara Municipal:

- Tarifário de Abastecimento de Água, Saneamento e Resíduos – 2021. Comunicação de deliberação da Câmara Municipal.
- Documentos Previsionais para ano de 2021, Plano de Atividades e Orçamento, da Amato Lusitano – Associação de Desenvolvimento.
- Atas aprovadas das reuniões da Câmara Municipal, realizadas nos meses de setembro, outubro, novembro e dezembro de 2020 e janeiro de 2021;
- Informação sobre a situação económica e financeira semestral do Município de Castelo Branco, referente ao primeiro semestre de 2020.

Rosa Lopes, Gonçalves Mendes & Associados SROC, Lda. – Relatório Semestral do ROC com informação económica e financeira;

Gabinete de Protocolo – Formação Individual e/ou Personalizada Presencial em Protocolo Autárquico e Político;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

- Senhor Presidente da Câmara Municipal de Castelo Branco – Resposta a email do Senhor António Silva Santos, sobre a localização de contentores na Rua Santa Maria;
- **APROVARELATÓRIO** – Consultoria e Formação – Dia Internacional da Proteção de Dados/ Assembleia Municipal;
- **Senhor Luís Vicente Barroso** – Denúncia/queixa entregue no Ministério Público de Castelo Branco, sobre a falta de acessibilidades no Parque do Barrocal;
- **Do Grupo Parlamentar do PCP:**
 - Pergunta sobre encerramento de postos da GNR no Distrito de Castelo Branco;
 - Propostas do PCP: Medidas Urgentes de Apoio no âmbito do Estado de Emergência;
 - Informação sobre a proposta do PCP de apreciação da especialidade das iniciativas sobre freguesias;
 - Projeto Lei nº. 151/XIV/ 1ª. Estabelece o Regime para a Reposição de Freguesias Extintas;
 - Apreciação Parlamentar nº. 37/XIV/2ª.. Decreto lei nº. 102-D/2020, de 10 de dezembro. Aprova o regime geral da gestão de fluxos específicos de resíduos, transpondo as diretivas (EU) 2018/849, 2018/850, 2018/851 e 2018/852;
 - **Revista Ideias & Territórios;**

I – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Neste ponto intervieram:

Maria Cristina Vicente Pires Granada (PS) – Os tempos que atravessamos, e sobretudo os tempos que se avizinham vão exigir de nós todos, individual e coletivamente num redobrar de atenção perante as situações de carência social e socioeconómica. Em Castelo Branco, as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) representam o grosso da resposta social nas áreas que lhes são inerentes.

Assim, e com vista a apoiar o seu esforço acrescido em tempos inéditos, de pandemia, o Município de Castelo Branco tem desempenhado por inteiro o seu papel no que respeita ao



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

reforço no apoio a estas Instituições, face às inevitáveis dificuldades financeiras acrescidas pela implementação dos planos de contingência.

Este apoio de 300.000,00 destinou-se às IPSS que passo a discriminar:

ACAPO Delegação de Castelo Branco;

ADM Estrela – Casa de Acolhimento de Jovens de Castelo Branco;

Associação de Apoio à Criança do Distrito de Castelo Branco;

Associação de Apoio Social de Freixial do Campo;

Associação de Desenvolvimento e de Apoio Social de Ninho do Açor;

Associação ERID;

Associação Jardim de Infância Dr. Alfredo da Mota;

Associação Jardim Escola João de Deus, Castelo Branco;

Associação Tinalhense de Apoio Social;

Casa de Infância e Juventude (CIJE);

Centro de Dia da Freguesia de Malpica do Tejo;

Centro de Dia das Benquerenças,

Centro de Dia de S. Pedro nos Escalos de Cima;

Centro de Dia de São Silvestre de Escalos de Baixo;

Centro de Dia dos Lentiscais;

Centro de Dia e Social de São Bento no Lourçal do Campo

Centro de Dia de S. Sebastião no Sobral do Campo

Centro Social Amigos da Lardosa;

Centro Social da Taberna Seca,

Centro Social do Salgueiro do Campo;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Centro Social de Santo André das Tojeiras;

Centro Social dos Beneméritos da Póvoa de Rio de Moinhos;

Centro Social e Paroquial da Freguesia de Cebolais de Cima e Retaxo;

Centro Social Padres Redentoristas;

Centro Social e Paroquial de Alameda;

Centro Social Ribeiro das Perdizes;

Centro Social São João Batista de Monforte da Beira;

Lar Major Rato de Alcains;

Liga dos Amigos da Lousa;

Obra de Santa Zita de Castelo Branco;

Santa Casa da Misericórdia de Castelo Branco;

Santa Casa da Misericórdia de S. Vicente da Beira;

Santa Casa da Misericórdia de Sarzedas

São 300.000,00 € repartidas em função da dimensão do número de utentes e do número de funcionários de cada Instituição.

300.00,00 € repartidas pelas IPSS do Concelho numa visão de coesão social territorial para colmatar as dificuldades financeiras de carácter extraordinário acrescidas pela aplicação dos planos de contingência inerentes à pandemia.

Tenho dito.

Maria de Lurdes Gouveia da Costa Barata (PS) - Hoje venho falar da educação, no contexto dum processo desenvolvido pela autarquia durante o *tempo-covid*, que nos tem atormentado e continua a atormentar. Há forte relação entre cultura e educação, que não vou agora esmiuçar, e sabemos quão importante se apresenta o processo educativo no desenvolvimento da sociedade e na projecção do futuro desta mesma sociedade. A prática educativa implica a interpenetração de diferentes áreas e configura o individual e o colectivo na dimensão transformadora das relações



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

sociais. Citando Immanuel Kant, *é no problema da educação que assenta o grande segredo do aperfeiçoamento da humanidade*. Assim, qualquer responsável por destinos colectivos, que se preze, obriga-se forçosamente a uma preocupação constante com este assunto. Como dizia, nos difíceis tempos que atravessamos, a autarquia não esteve ausente das dificuldades relacionadas com a educação e passou a actuar segundo se exigia.

Apesar da divulgação que se foi fazendo nos órgãos de comunicação social, vou salientar a súmula de acções concretizadas:

Na primeira vaga do vírus

Foram disponibilizados 380 Computadores e Routers/Bandas Largas em Março/Abril 2020 por aquisição directa do Município;

100 Computadores disponibilizados pelas empresa Axians, com representação no Centro de Empresas Inovadoras de Castelo Branco, o que prova toda uma rede de proximidade e cooperação com o Município;

120.000€ - para os 4 Agrupamentos (30.000€ a cada) poderem adquirir directamente material informático necessário, incluindo computadores.

Na última vaga

Foram reactivadas as bandas largas para acesso à Internet de forma gratuita e disponibilizadas aos Agrupamentos verbas que permitiram a aquisição de mais computadores e outro material informático necessário.

APOIO AO PAGAMENTO DE PROPINAS - IPCB

Num investimento de 264 mil euros, que vai abranger 845 estudantes do IPCB que tenham residência em Castelo Branco, a autarquia compromete-se a apoiar em 50% do valor das propinas os alunos que frequentam os Cursos Técnicos Superiores Profissionais (CTeSP) e licenciaturas, e em 25% do valor das propinas os alunos que frequentam mestrados.

No domínio do **PROGRAMA CASTELO BRANCO APOIA** houve outros contributos também com ligação à Educação:



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Apoio no **pagamento de valores** referentes à Actividade de Apoio à Família, no campo da Educação Pré-Escolar do Ensino Público, no 2º e 3º períodos, com a isenção de pagamentos das refeições aos alunos do escalão B, aliviando os orçamentos familiares.

Foram também garantidas, em articulação com os Agrupamentos, **Escolas de Acolhimento** para os filhos de Profissionais da “Linha da Frente”, incluindo refeições a título gratuito, sendo exemplo de Escolas de Acolhimento para crianças do Pré-Escolar e alunos do Ensino Básico: Escola Afonso de Paiva, Escola Secundária Nuno Álvares, Escola Secundária Amato Lusitano, Escola Secundária de Alcains; Crianças de Creche no Centro Social Padres Redentoristas.

Durante as interrupções lectivas presenciais, foi e está a ser garantido o **fornecimento de refeições** (em regime de *take away*) aos alunos de Escalão A e B, a título gratuito.

Concluindo por hoje: importa realçar a proximidade entre os Agrupamentos de Escolas e o Município de Castelo Branco, minimizando situações de exclusão no âmbito do ensino à distância. É uma disponibilidade e atenção às dificuldades dos munícipes que dele dependem. Esta autarquia pode fazê-lo pela sua situação orçamental, que sabe gerir ao serviço do bem público. Há aqueles que vêem sempre o lado mau das coisas, pequenos males que lhes interessa engrandecer e realçar. O que é bom, em maioria de actuação, ignoram esses cujo coração e cabeça apenas guardam interesses inconfessáveis. A conveniência leva à decisão de ficar cego perante determinadas situações e à recusa de ver a verdade. Diz um ditado popular que *o pior cego é o que não quer ver* - há os que omitem, alienam, deturpam, em função dos tais interesses inconfessáveis. Lembrei-me agora de uma anedota de *nonsense*, que sempre me fez rir: o famoso Joãozinho está na praia, cego, na companhia da mãe. Esta, para minorar a dor da falta de visão do filho, vai-lhe descrevendo a beleza do mar azul, do dia de sol maravilhoso, dum barco à vela que singra no mar calmo... E o Joãozinho exclama: Bem feita que eu não vejo! Bem feita que eu não vejo! É de *nonsense*... mas muito se pode deduzir...

Maria do Carmo Almeida Nunes (PS) - Os animais de rua não são animais de raça pura, com valor económico elevado. Não são animais de companhia, com direito a protecção legal contra maus tratos. Não são animais em vias de extinção. Não são espécies exóticas.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Serão animais sem relevância social? Sem dignidade jurídica? Sem funções ambientais?

O Município, através do Centro de Recolha Animal, que funciona com um veterinário, um enfermeiro veterinário e técnicos que os acompanham, prepara-se para intervir junto da população animal, gatos de rua existentes no Concelho, através de distribuição de alimentos e de instalações de “pequenas estruturas” que os possam abrigar.

Paralelamente está a ser feito um trabalho de esterilização dos animais, numa parceria com o centro de Zoonoses da Escola Superior Agrária.

No último ano foram esterilizados 313 gatos e devolvidos às respetivas colónias 293. Esta campanha de esterilização visa diminuir o número de ninhadas, mas, também contribuir para que não tenham comportamentos agressivos.

No Ano de 2020, foram identificadas 29 colónias na cidade e freguesias do Concelho, tendo sido registados no total 380 gatos.

O Centro de Recolha Animal, permitiu ainda a adoção em 2020, de 91 gatos provenientes de ninhadas das colónias e 158 cães. A Autarquia tem centrado a atenção na recolha de animais abandonados e procura incentivar uma adoção responsável, sendo publicitado na página de Facebook do Centro de Recolha Animal, fotografias de cães e gatos para adoção...já agora, confesso que até ao dia de ontem, nunca tinha consultado esta página, fiquei agradavelmente surpreendida com a sua apresentação e com o carinho com que são divulgados os animais para adoção.

Reconhecer as cidades como habitat dos gatos urbanos, não sendo um tema socialmente fraturante, não deixa de estar na origem de posições moderadamente divergentes, implica não só aceitar a coexistência e tolerar a presença, mas estar ciente dos riscos inerentes (risco de zoonoses, risco de ataques, riscos para a salubridade urbana e da necessidade de gerir a população de gatos, vigiando a sua saúde e controlando a natalidade para evitar explosões populacionais.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Dos 17 objetivos de desenvolvimento sustentável das Nações Unidas, adotados em setembro de 2015, que entraram em vigor em janeiro de 2016 e que vigorarão até 2030, cobrindo as dimensões ambientais, sociais e económicas do desenvolvimento sustentável, o objetivo 11, sobre “cidades e comunidades sustentáveis” estabelece a ambição de até 2030, proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, a todos os cidadãos. Sendo entendimento, que, os espaços urbanos verdes não podem significar, apenas espaços com vegetação. As cidades só serão verdes se forem também azuis, ou seja, se tiverem cursos de água saudável. E as cidades só serão verdadeiramente verdes, se os espaços azuis e verdes albergarem vida, se tiverem condições de alojar biodiversidade, que é a biodiversidade urbana, como os gatos por exemplo.

Alexandra Aragão, Professora na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra ao abordar o Estatuto Jurídico destes animais, classifica-os como sendo, bens de toda a comunidade, que devem ser mantidos no meio onde naturalmente deambulam, que é o seu habitat natural, embora urbano, criticando veemente aqueles que entendem que estes animais são uma *res nullius*, ou seja, um objeto que possa ser apropriado por quem quiser.

Congratulamo-nos com a atitude, o empenho e trabalho do Município de Castelo Branco, porque ao reconhecer e proteger a cidade como habitat dos gatos urbanos, intervindo através da distribuição de alimentos, da instalação de pequenos abrigos, controlando o aumento da população e vigiado a sua saúde, contribui de forma positiva para a valoração de serviços ecossistémicos como novo instrumento de justiça ambiental, interagindo em equilíbrio e de forma harmoniosa.

Termino a minha intervenção citando Gandhi:

“A grandeza de um País e seu progresso podem ser medidas pela maneira como trata seus animais.” Mahatma Gandhi.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Jorge Manuel Vieira Neves (PS) - Vivemos uma atualidade atípica com tantas expressões “novas” que caracterizam dias estranhos para os quais não estávamos, nem estaremos ainda preparados.

Expressões e palavras “novas”, mas já gastas.

Palavras “novas” com um significado objetivo, duro, doloroso, e sem precedentes.

Aldous Huxley, um pensador inglês, que viveu no século passado, escreveu um livro que talvez seja recomendável ler ou reler nestes tempos em que vivemos, ou em que nos limitamos a sobreviver.

“Admirável mundo novo” é o título desse livro, que apresenta uma parábola fantástica sobre a desumanização dos seres humanos.

O mundo, este mundo, o nosso mundo não é admirável, mas é terrível e ameaçador.

O livro descreve um tempo onde a utopia negativa leva a que o homem seja subjugado pelas suas invenções.

Tal como agora, com o progresso a subjugar seres humanos.

A ciência, a tecnologia e a comunicação a deixarem de estar ao serviço do homem levando a que passemos de controladores a controlados.

Ameaças. Ameaças. Ameaças.

- A Ciência ameaça tornar-se demasiado desumanizada.

- A tecnologia ameaça acentuar as diferenças sociais.

- A comunicação que nos devia unir, ameaça afastar-nos cada vez mais.

Reflexões filosóficas e teóricas à parte, é importante olharmos para a realidade do nosso concelho e para a ação e as medidas que o nosso Município tem colocado em prática para minimizar os efeitos que a pandemia em que vivemos há um ano, tem provocado na nossa comunidade.

Este conjunto de iniciativas que pretendo referir nesta intervenção, assentam no aspeto económico¹ para ajudar a mitigar os efeitos causados pela propagação da pandemia COVID-19.

¹ VALE-COVID e reforço de medidas de apoio ao comércio e indústria



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Um pacote de medidas extraordinárias de apoio à indústria e reforço do apoio ao comércio, num valor superior a 650 mil euros.

No que diz respeito ao apoio à indústria², foi disponibilizado em parceria com a AEBB - Associação Empresarial da Beira Baixa, um pacote de 400 mil euros que consiste na atribuição do VALE COVID a empresas com CAE industrial, com valores compreendidos entre os 500 e os 1500 euros, em função do número de trabalhadores.

O VALE COVID, foi ainda o instrumento que se enquadrou numa parceria com a ACICB e representou um investimento de 260 mil euros.³

No Programa “Castelo Branco Apoia a Economia” já foram contemplados mais de 1000 empresários.

Desde o dia 16 de janeiro, os taxistas já entregaram quase um milhar de refeições ao domicílio, através da iniciativa desenvolvida pela Câmara Municipal de Castelo Branco.

A medida, além de apoiar os táxis através de uma parceria com a ANTRAL, beneficiou também mais de 50 restaurantes.

No âmbito do mesmo programa, a autarquia está ainda a apoiar os taxistas com 1500 euros, para a divulgação da marca de Castelo ‘Bordar e Receber’, medida que se encontra a ser operacionalizada junto de vários taxistas.

² A iniciativa foi definida, e pretende contribuir para a consolidação de uma cultura de prevenção nas empresas, incentivando a implementação de boas práticas de higienização dentro das empresas, como forma de evitar a propagação da doença COVID-19.

³ atribuído às empresas de comércio e serviços, com um valor de 250 euros. De forma a reforçar as medidas de contenção da doença COVID-19 no comércio, está prevista a distribuição de máscaras por cada empresa aderente.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

. Sr. Presidente da Assembleia Municipal

. Sr. Presidente do Município

O futuro prepara-se no presente e o Município investe nesse horizonte temporal.

Atenta à juventude, propõe-se executar uma ideia muito interessante denominada **Fábrica do Jovem Empreendedor em Época de Pandemia.**

Trata-se claramente de uma aposta estratégica no empreendedorismo, tornando Castelo Branco num concelho verdadeiramente empreendedor.

Esta iniciativa permite o acompanhamento de projetos das camadas mais jovens, possibilitando o seu direcionamento para o CEI ou para a Fábrica da Criatividade.

Esta adaptação, permite continuar a estimular o empreendedorismo jovem, tendo em conta a realidade que vivemos.

A Fábrica do Jovem Empreendedor reinventou-se, inovou e tornou-se mais digital, de forma a chegar a um maior número de crianças e jovens, executando quatro ações direcionadas para o empreendedorismo jovem.

A **primeira ação** consiste no **ATL Empreendedor Express** que normalmente ocupa os momentos de interrupções letivas, e deu origem à atividade “Escape Room” virtual.

Esta atividade da Fábrica do Jovem Empreendedor contou com a participação de uma centena de alunos.

Funciona integrada com outras atividades promovidas pela Câmara Municipal de Castelo Branco, e permite dar uma resposta social, ocupando o tempo das crianças e jovens albicastrenses de forma desafiante.

Estimula nos participantes competências, tais como a persistência, resiliência, observação atenta, capacidade de agir e tomar decisões, concentração, organização e raciocínio lógico.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Competências, estas, também elas essenciais ao empreendedorismo e à capacidade de saber ser e saber fazer!⁴

A segunda ação baseia-se na reinvenção do clube de empreendedorismo.

Anteriormente a atividade que era semanal e presencial, deu origem à Empresa Júnior!

Semanalmente 10 alunos de diferentes faixas etárias, acompanham a evolução “da sua empresa”.

Nesta ação, os participantes são responsáveis pelas estratégias a adotar na “sua empresa”, estabelecendo interações entre os diferentes departamentos da mesma, tomando decisões e analisando os resultados obtidos.

Este programa permite a aquisição e/ou enriquecimento de um vasto leque de competências comportamentais como, por exemplo, a tomada de decisão, a liderança, a gestão da mudança, a gestão de conflitos, a adaptabilidade, a inovação e a criatividade.

Na terceira ação a Fábrica do Jovem Empreendedor criou uma revista digital de forma a difundir e explorar vários temas de empreendedorismo,

Esta revista, que já tem duas edições on-line lançadas e que contará com nova edição em Março, pretende acima de tudo expor vários temas de empreendedorismo e potenciar competências “soft” associadas a este tema.

Finalmente a quarta ação consiste no acompanhamento semanal de projetos empreendedores desenvolvidos por jovens do ensino secundário.

⁴ Este objetivo foi claramente atingido, denotando-se nos participantes uma motivação e envolvimento que superou as expectativas da organização.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Atualmente, a Fábrica do Jovem Empreendedor continua a acompanhar diferentes projetos já iniciados em anos anteriores;

A fábrica é ainda procurada por jovens empreendedores que procuram dar um impulso ao seu projeto para o colocar em movimento.

O projeto STAPER, é exemplo de uma ideia que recentemente chegou à Fábrica e que promete revolucionar a forma como vemos as beatas de tabaco e como estas se podem aproveitar como matéria prima para outros materiais, promovendo a economia circular.

No fundo, e em jeito de conclusão, congratulamo-nos com os esforços possíveis para mitigar os efeitos desta pandemia na nossa coesão económica e social.

Todos nós temos consciência que estes apoios são importantes, mas eventualmente insuficientes para minimizar todos os constrangimentos gravíssimos que continuam a sentir os nossos munícipes, empresas, e também as associações locais que viram a sua atividade normal ser profundamente afetada.

Deixamos a sugestão de mais apoio por parte da CMCB, porque em tempos de excecionalidade, as medidas têm que ser também excecionais.

Para todos uma mensagem de esperança que tudo passe depressa e que possamos ficar bem.

Fátima Quintas (CDU) - A pandemia que nos assola expôs a nu os problemas da Educação e do Ensino à Distância e as desigualdades, fragilidades, desequilíbrios e constrangimentos que esta situação transpôs para os alunos e professores.

O problema agrava-se nas vilas e aldeias do interior: para além da falta de computadores, a internet é lenta ou inexistente.

Material essencial para o processo ensino-aprendizagem. Torna-se assim impossível que professores e alunos cumpram com as suas obrigações – ensinar e aprender.

Só o regresso às aulas presenciais minimizará as desigualdades, e um verdadeiro investimento nas condições sanitárias e pedagógicas, garantirá verdadeiramente o desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem em segurança, assim como, as condições para o sucesso educativo.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Senhor Presidente, gostaríamos de saber como está a decorrer o processo de remoção do amianto na Escola Básica Faria Vasconcelos: já há verbas para a obra? Se sim, quando pensam iniciar os trabalhos?

Obrigada

Miguel Gregório Barroso (PSD) - Na penúltima Assembleia Municipal do ano de 2020 tive oportunidade de destacar a incerteza que tolda os tempos que vivemos e que é um sintoma da pandemia provocada pela COVID-19. Referi também que não sabemos quando irá terminar, muito menos sabemos se o pior já passou.

Por ser assim, e por estarmos já conscientes desta realidade, exige-se de cada um de nós, e dos dirigentes políticos em particular, uma atitude mais estrita, mais rigorosa e mais firme.

Não obstante, algumas notícias veiculadas na Comunicação Social deixam dúvidas sobre se o rigor e a verdade que todos exigimos efetivamente têm existido. Faço referência às suspeitas de irregularidades no processo de vacinação em Instituições do nosso concelho e que merecem um cabal esclarecimento. Sobretudo, quando essa polémica fere a Santa Casa da Misericórdia de Castelo Branco, cujo provedor é, por vontade própria, simultaneamente o Presidente da Câmara Municipal de Castelo Branco.

Vamos aos factos, na esperança de que, posteriormente, surjam as respetivas explicações e, se houver coragem política, também a devida assunção de responsabilidades.

A comunicação social deu conta de que a Santa Casa da Misericórdia de Castelo Branco teria vacinado os órgãos sociais da instituição, desrespeitando o Plano Nacional de Vacinação.

Contactado pela RTP, o Senhor Presidente da Câmara apressou-se a dizer que não tinha sido vacinado, mas somente porque estava ocupado com atividades do município. Não tardou em surgir uma contradição: uns dias depois, numa reportagem da SIC, já se dizia que não foi vacinado por opção própria. Mas a verdade é que foi enviada à ARS Centro uma lista dos elementos dos órgãos sociais a vacinar e o nome do Sr. Presidente constava nessa lista.

Quer isto dizer que se, por um lado, houve locais do país em que a vacinação indevida se justificou com o estranho fenómeno das “sobras”, por outro, em Castelo Branco houve uma clara intenção de vacinar todos os Órgãos Sociais da Santa Casa, incluindo o Sr. Presidente da Câmara. Mais, o Sr. Presidente quis ser vacinado, se assim não fosse o seu nome não teria constado na lista enviada à ARS Centro.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Ainda em declarações à RTP, o Presidente José Alves mostrou-se surpreendido com as suspeitas de irregularidades. Afirmou que a listagem de pessoas a vacinar foi enviada “à Administração Regional de Saúde do Centro, que a validou” (in Reconquista, edição 3908).

O PSD entende que os albicastrenses merecem um esclarecimento cabal e nada menos que a verdade, por isso contactamos a ARS Centro que afirmou, de forma categórica, que a elaboração das listas de vacinação são da responsabilidade das Instituições, esclarecendo que não compete à ARS-Centro validar listas de utentes e profissionais afetos às instituições, mas apenas e só fornecer o número de vacinas correspondente ao número de cidadãos indicados nas listagens que é providenciada pela Segurança Social. Ou seja, a ARS-Centro desmente categoricamente as declarações do Senhor Presidente da Câmara Municipal.

Nas palavras de Sua Excelência, o Presidente da República, no dia da sexta renovação do segundo estado de emergência (28/janeiro): “Ninguém de bom senso quereria fazer passar centenas ou um milhar de titulares de cargos políticos ou de funcionários, por muito importantes que fossem, de supetão, à frente de milhares de idosos com as doenças mais graves e, por isso, de mais obvia prioridade”.

Estas irregularidades, que não podemos ignorar, afetam negativamente as instituições e esses danos são da exclusiva responsabilidade de quem as dirige.

É absolutamente incompreensível que, em Castelo Branco, se tenham vacinado pessoas não prioritárias, deixando para depois quem realmente está na linha da frente, a combater a pandemia.

Senhor Presidente da Câmara Municipal de Castelo Branco, chegou o momento de prestar todos os esclarecimentos, de assumir as suas responsabilidades, sempre com a verdade. Para que tudo se clarifique e para que não persista qualquer suspeita, tenho que fazer referência a uma dúvida que se tem avolumado no nosso Concelho: consta que, ao contrário do que declarou publicamente, o Sr. Presidente foi já vacinado contra a COVID-19. Consta que lhe terá sido administrada a primeira dose da vacina no dia 20 de janeiro, pelas 18h, e a segunda dose no dia 10 de fevereiro, pelas 17h.

Para que este capítulo se encerre, lanço-lhe um repto: autorize as autoridades de saúde locais a divulgarem publicamente se foi ou não vacinado contra a COVID-19. A bem da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

transparência, os albicastrenses merecem esse esclarecimento. Esperamos que não tenha importado do seu antecessor o vício de colocar os interesses pessoais acima do interesse público.

José Manuel Pires Ribeiro (BE) - A pandemia continua aí e ostenta diversos matizes que repudiamos.

Desde logo a esperteza saloia de alguns que, aproveitando as fisgas de algumas regras, mandam às malvas o respeito pelo seu semelhante e, oportunisticamente, usufruem do privilégio que o poder lhes permite.

A autarquia tem desenvolvido uma série de medidas de apoio que, na generalidade, são positivas. Além da suspensão de taxas e licenças, da aquisição de equipamentos para as escolas e ULS, registamos o apoio de 50% das propinas dos alunos do Politécnico e os apoios à indústria, comércio e serviços da região. Qual o impacto destas medidas na vida das empresas, quanto à manutenção do emprego e retoma da sua atividade plena?



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Quanto ao desconto de 50% das tarifas fixas da água, estranhamos que, desta vez, não sejam contemplados os consumidores domésticos e que o cancelamento de ações coercivas neste período, como corte de água e execuções fiscais por atraso no pagamento, não seja praticado. Com certeza que neste universo estarão muitos cidadãos que perderam rendimentos e que sentem muitas dificuldades na gestão do orçamento familiar. Questionamos ainda qual o entendimento da autarquia quanto ao pagamento dos espetáculos cancelados. E já agora, quando é que a autarquia – que anunciou a medida em dezembro passado - inicia a distribuição de máscaras por toda a população concelhia? Por outro lado, os parceiros da saúde privada ditos solidários, constroem narrativas de total disponibilidade associada à respetiva faturação que, no máximo, chega a 8.431 euros por doente internado com recurso a ventilação por mais de quatro dias ou, como vimos na TV, confirmam-nos a sua “ação solidária”, com o exemplo de uma simples suturação de uma ferida ser paga à cabeça por 300 € ou ... nada feito.

Assistimos ainda à chantagem do poder económico que, financiado pela CE para a produção das vacinas, não respeita os contratos assinados para o respetivo fornecimento, que o planeta reclama com distribuição equitativa para todos os territórios.

E somos ainda confrontados com uma competição desenfreada no sentido de extrair vantagem nas medidas necessárias, como a vacinação.

Que sociedade é esta?

Porque é que toleramos a contínua degradação da dignidade da pessoa humana, o regime de segregação dos velhos e o contínuo aumento dos dispensáveis, marginalizados e excluídos, que o sistema dominante vai gerando?

Por fim, transcrevo algumas ideias do jornalista/escritor Manuel António Pina, que se adaptam aos tempos atuais:

Talvez, então, a mesquinhez de propósitos da nossa vida coletiva radique, como nos querem fazer crer, no défice, e talvez o cumprimento das normas do pacto de estabilidade seja o único sonho que nos é hoje permitido. E, contudo, dir-se-ia (e isto é algo que escapa aos economistas) que é o sonho, mais do que a balança de pagamentos, que alimenta a vida, e que os povos, como os homens, precisam de mais do que de números. Os próprios números têm (os economistas não o sabem porque a sua ciência dos números é uma ciência de escravos) o poder desrazoável de, não apenas repetir, mas sonhar o mundo. Há anos que somos governados por



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

economistas e o resultado está à vista. Talvez seja chegada a altura de ser a política (e o sonho) a dirigir a economia e não a economia a dirigir a política. Jesus Cristo «não sabia nada de finanças, nem consta que tivesse biblioteca», e o seu sonho, no entanto, continua a mover o mundo.

Eliseu Matos Pereira (PSD) - Tive como objetivo, alertar para a necessária rapidez no apoio urgente ao comércio tradicional e ofícios, nesta conjuntura extremamente adversa.

O apoio Vale Covid -19, com candidaturas disponíveis até final de março, possibilita apoio de 250€ para comércio e serviços.

http://acicb.pt/.../regulamento_vale_COVID_comercio...

»» Cumprimento todos os presentes nesta sessão da Assembleia Municipal de Castelo Branco

A actual pandemia com as drásticas medidas de confinamento e restrição, impostas pelos sucessivos estados de emergência, têm estrangulado o desenvolvimento da actividade económica, com especial enfoque na grande maioria do comércio local, e de onde não se exclui o nosso concelho.

O município, embora de forma tardia e pouco proativa, instalou, no entanto, várias medidas de apoio que embora pouco ambiciosas em nossa opinião são bem vidas e necessárias para quem já está numa situação difícil em resistir e dar continuidade aos seus negócios.

Recordo que desde março passado, tanto nas reuniões de câmara, como nas sessões da assembleia municipal, o PSD, tem vindo a alertar para a necessidade da instalação de mecanismo financeiros com vista a apoiar o tecido empresarial e o comércio tradicional do nosso concelho, para além das propostas realizadas de forma proactiva, logo no início da crise pandémica pelo Dr.º Carlos Almeida, enquanto vereador, realçamos ainda a moção que apresentamos nesta assembleia em 31 de julho passado sob o título " apoio ao tecido empresarial e comércio local – criação de fundo de apoio " que foi chumbada com os votos contra do partido socialista.

Constatámos que apenas no final de dez 2020 se verificaram medidas mais eficazes de apoio ao comércio local com a atribuição de um montante de 250€ no âmbito da iniciativa natal compre aqui “montante que apenas chegou efetivamente aos participantes no final de janeiro de 2021.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Em curso está a iniciativa vale covid-19 com possibilidade de candidatura até final de março e que tem como objectivo "premiar as boas práticas das micro, pme e grandes empresas do concelho de Castelo Branco no combate à pandemia da doença covid -19", que no caso de comércio e serviços prevê a atribuição de um valor pecuniário de 250€, consideramos que embora o valor seja pouco ambicioso para fazer face às dificuldades bem patentes no comercio local do nosso concelho, mesmo assim, será uma ajuda bem-vinda para quem dela precisa.

É para nós exigível que esse apoio chegue a todas as candidaturas validadas, pois o regulamento dessa iniciativa, no seu ponto 8 refere pode ser suspensa a receção de candidaturas em função do esgotamento da dotação prevista. Em nossa opinião e atendendo à boa situação financeira do município, não se pode deixar candidaturas para trás.

Consideramos que nesta iniciativa ou outras similares se deve garantir que todos os interessados, têm conhecimento, pois temos recebido relatos de que alguns são informados por email, mas que nem todos recebem essa informação.

É de extrema importância agilizar o processo, para que o apoio seja atribuído de forma rápida, pois, é neste momento critico que todas as ajudas são necessárias.

Questionamos o município, se tem previstas outras medidas de apoio especificas para o comércio e serviços que estão totalmente encerrados, sem qualquer possibilidade de atividade como sendo os cafés, pastelarias, cabeleireiros, lojas de pronto a vestir, de decoração, costureiras entre muitas outras que não têm qualquer possibilidade de gerar receita.

Nuno Duarte Mimoso Figuinha (PSD) – No primeiro confinamento, é verdade que a Câmara abdicou da taxa de água a todos os munícipes e agora no segundo apenas ao comércio?

No primeiro confinamento, é ou não é verdade que a Câmara Municipal abdicou da renda dos estabelecimentos comerciais que estavam alugados à Câmara e neste confinamento não, continuam fechados.

Segundo, atualmente, é ou não é verdade que mais particulares têm pedido ajuda à Câmara e se sim, que ajuda é essa que a Câmara tem disponibilizado.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Foi recentemente noticiado que com o fim das moratórias irá haver muitas mais famílias em dificuldades financeiras diretas, seja da pandemia, ou seja do desemprego provocado pela pandemia.

Por fim, a Câmara falou que há muito dinheiro disponibilizado para outras entidades que estão a apoiar famílias. Falou-se aqui em trezentos mil euros. São tantas entidades que pergunto-me se chega para todas. Daí a minha pergunta do apoio direto às famílias.

Celeste Nunes Rodrigues (Presidente da Junta de Freguesia de Sarzedas) – Hoje, tal como ontem, todos falam e quando contam um conto, quase sempre acrescentam um ponto, tudo normal, nada de novo e “palavras leva-as o vento”. A novidade é que talvez para memória futura todos desataram a escrever e a prova é geralmente tão mais assertiva e opinativa quanto maior é o desconhecimento do assunto tratado. É o novo normal. Só que agora o vento não apaga a escrita. O que não acho normal, não entendo e de todo não aceito, é o oportunismo e o aproveitamento político da tragédia e da desgraça alheia. E o incêndio da Lisga foi uma verdadeira imensa tragédia para uma população maioritariamente idosa e que em poucos minutos viu desaparecer o trabalho de toda uma vida.

Venho hoje aqui apresentar factos, porque contra factos não há argumentos.

No dia treze de setembro, último, num Domingo, ao fim da tarde, recebo um telefonema do Senhor Presidente da Câmara, Coronel José Alves a perguntar se estava na Lisga que ele já ia a caminho. Era de todo impossível porque me encontrava no norte do país acerca de quatrocentos quilómetros. Passadas pouco mais de três horas encontrava-me no Pomar de onde já não pude passar porque nessa altura a Lisga estava completamente cercada e isolada pelas chamas, sendo impossível lá entrar, ou sair alguém, mas lá estava um militar e quando há uma guerra chama-se os militares. Veja-se o recente exemplo com a coordenação do Plano Nacional de Vacinação de Covid-19. E o Coronel José Alves mostrou ser um verdadeiro Comandante ao enfrentar e liderar o combate às chamas, sendo o último a deixar o teatro de operações já de madrugada e quando já nada havia a fazer.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Logo na manhã seguinte, eu e o Senhor Presidente da Câmara tivemos a primeira de muitas deslocações à Lisga e a primeira de algumas reuniões com a população. Iniciou-se o levantamento exaustivo dos prejuízos causados pelo incêndio, nomeadamente dos danos de infraestruturas agrícolas, estruturas de rega e nas árvores de fruto.

Nesse mesmo dia, foi fornecida a ração necessária para alimentação dos animais sobreviventes. Dois dias depois, tivemos uma reunião no local com o Senhor Ministro da Administração Interna, infelizmente os apoios do Governo para as localidades das cerca de 22 freguesias do Distrito de Castelo Branco, afetadas pelo incêndio de pouco servirão à Lisga. Continuou-se com o fornecimento das rações para os animais, bem como foram repostas algumas das árvores de fruto ardidas. Estamos agora a reprogramar uma segunda fase para nova entrega de árvores mais de acordo com a época.

Apoiamos com máquinas e equipas na demolição de anexos danificados ou em ruínas, na desobstrução de caminhos e na manutenção possível das estradas que ligam a Lisga ao Caniçal, à Isna e ao Pomar.

Está a ser ultimado o projeto para a recuperação e requalificação da principal estrada que seriamente danificada que liga a Lisga à sede da freguesia e do concelho, no valor de aproximadamente, um milhão de euros.

Estamos a tentar que a Lisga deixe de ter os problemas de comunicações que tem tido, nomeadamente, quanto à rede móvel e internet.

Durante tudo este tempo foi assegurado e prestado o apoio psicológico quando solicitado.

Pela sua situação geográfica a Lisga sempre mereceu da parte da Junta de Freguesia e da Câmara Municipal uma atenção especial. Dadas as circunstâncias essa atenção não podia deixar de ser agora redobrada.

Para terminar, não posso deixar de registar a presença assídua, o envolvimento motivador e o acompanhamento permanente desta situação pelo Senhor Presidente da Câmara, Coronel José Alves que sem o qual, estou certa, os apoios à Lisga não teriam atingido esta dimensão.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

A Lisga não foi, não está, e não será esquecida, tal como as minhas outras quarenta e três aldeias.

Álvaro Manuel Reis Batista (PSD) – Tentando respeitar o tempo, queria muito singelamente dizer que Portugal depois de clamar pelo combate à pandemia acerca de um ano, vê-se agora com os piores números do mundo e curiosamente o concelho de Castelo Branco, os piores números do país. Não importa estar a atribuir culpas a ninguém. A questão que queria deixar muito singelamente ao Senhor Presidente Câmara, qual é o resultado, relativamente, aos números que temos tido da Pandemia no nosso concelho.

Leopoldo Martins Rodrigues (Presidente da Junta de Freguesia de Castelo Branco) – Esperava hoje nesta Assembleia que alguns que gostam de espalhar porcaria viessem admitir que se enganaram.

Em diferentes situações aqui na Assembleia Municipal e fora dela, o Ex-Presidente da Câmara Municipal de Castelo Branco, Dr. Luís Correia sofreu violentíssimos ataques ao seu carácter e à sua hombridade.

Sabemos todos que o Senhor Ex-Presidente da Câmara Municipal de Castelo Branco, Dr. Luís Correia foi julgado e condenado por um ato administrativo. Foi condenado e neste momento não exerce um mandato para o qual legitimamente foi eleito. Mas, sabemos também que as discussões que se tiveram nesta Assembleia e os ataques que lhe foram feitos nesta Assembleia foram muito para além dos ataques ao ato administrativo, foram essencialmente um ataque ao homem, ao seu carácter e à sua hombridade.

O acórdão do tribunal do dia quatro, vem dizer que o autarca Luís Correia não se apropriou de bens públicos, as contratações feitas pela Câmara Municipal foram contratações que sempre acautelaram o melhor preço, que essas contratações concretizaram as obras para as quais foram contratadas e que foram contratações legais dentro daquilo que é o rigor da contratação pública.

Efetivamente, cometeu-se um ato administrativo e repito, pelo qual, o Ex-Presidente da Câmara Municipal está a pagar. Repito novamente que aquilo que esteve sempre aqui em causa, e o PSD hoje volta a espalhar porcaria, foi tentar condenar o homem, tentar condenar a sua honra e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

tentar condenar a sua hombridade. E depois ainda vem dizer que o PS tenta lançar a demagogia. O PS ainda não fez nenhuma declaração pública depois do acórdão do dia quatro.

Eu gosto de estar bem com a minha consciência e, pergunto, àqueles que fazem do ataque pessoal, fazem política pelo ataque ao caráter, que tentam fazer política unicamente denegrindo as pessoas e o seu caráter, se dormem bem com a sua consciência, se sentem nesse papel e se entendem que essa é uma forma nobre de fazer política de defender as populações e os interesses dessas mesmas populações.

Infelizmente, ainda não tiveram uma palavra em que dissessem, neste caso, concreto, no que respeita à honra e no que respeita à hombridade do Dr. Luís Correia, “estamos enganados”. O Dr. Luís Correia agiu de acordo com a sua consciência, não prejudicou o erário público, os serviços e os inúmeros serviços da Câmara Municipal que fizeram informações no que respeita a isso, nunca agiram de má fé, tentando prejudicar uns em benefício dos outros. A política faz-se de verdade, a política faz-se de ações e a política faz-se do respeito também pelas pessoas. Quando perdermos o respeito pelas pessoas, quando perdermos o respeito pela ação das pessoas e quando perdermos o respeito pelo caráter dessas mesmas pessoas, estamos também do meu ponto de vista a perder o respeito por nós próprios.

Nós continuaremos firmes e na mesma estratégia, continuaremos a defender os interesses de Castelo Branco, continuaremos a defender os albiastenses, continuaremos a pugnar pelo desenvolvimento económico da nossa região.

Em devido tempo, seremos julgados, em devido tempo os eleitores dirão quem está certo e quem está errado e acredito que os eleitores com a sua sabedoria, com o seu conhecimento e, sobretudo, com o seu sentido de justiça terão oportunidade de dizer aquilo que repudiam e terão oportunidade de dizer aquilo que apoiam.

A política é uma arte nobre, mas só é nobre se a dignificarmos, só é nobre se pugarmos pelo respeito dos nossos adversários e se fizermos da política aquilo que ela deve ser, o debate de ideias, o debate de projetos e o debate de intervenção. É isso que aqueles que votam em nós esperam de nós próprios. Pugnar pelo desenvolvimento, pugnar pelo bem-estar e pugnar sobretudo e também pela verdade, é isso que nos propomos, é isso que o PS aqui tem feito e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

repito, tenho muita pena que da parte daqueles que violentamente atacaram o Ex-presidente da Câmara Municipal não tenha havido ainda uma palavra a dizer “enganamo-nos”, “aqui não estivemos bem”, “aqui cometemos um erro”. Mais ainda, e repito novamente, voltamos hoje a ter neste palco, nesta Assembleia a mesma estratégia de denegrir, a mesma estratégia da suspeição.

Mais um assunto, fez-se o espetáculo televisivo, o espetáculo em que se apontou mais um erro, supostamente, ao Presidente da Câmara Municipal, pois bem, caso VTE onde o Senhor Presidente da Concelhia do PSD, se mostrou eufórico com aquilo que acontecia em Castelo Branco, pois bem esse caso foi arquivado e mais uma vez se provou que a Câmara Municipal acautelou aquilo que deve acautelar que é o dinheiro dos albacastrenses.

Os contratos foram legais, os contratos não foram executados e a Câmara Municipal não pagou um cêntimo relativamente a esses mesmos contratos pelo que o processo foi arquivado.

Álvaro Manuel Reis Batista (PSD) – (Pedi a palavra da bancada)

Presidente da Assembleia Municipal - Senhor Deputado Álvaro Batista, o Senhor quer intervir em defesa da honra, desculpe, mas, não me parece que tenha havido algum ataque à honra de alguém. Se o Senhor enfia a carapuça, é outra questão.

Álvaro Manuel Reis Batista (PSD) – Peço a palavra para a defesa da honra.

Presidente da Assembleia Municipal – Desculpe, mas a defesa da honra em que aspeto? O Senhor Deputado Álvaro Batista foi nomeado pelo anterior orador? A defesa da honra é quando somos atacados pessoalmente. Não me parece que tenha havido um ataque à sua honra.

Álvaro Manuel Reis Batista (PSD) – Em defesa da honra do meu partido.

Presidente da Assembleia Municipal – Agora é em defesa da honra do seu partido? Faça então o favor de fazer a sua intervenção.

Álvaro Manuel Reis Batista (PSD) – Muito obrigado Senhor Presidente.

Eu queria apenas aqui dizer o seguinte, até agora a não ser pela boca do Senhor Deputado Municipal que me antecedeu, ninguém veio aqui levantar nenhuma questão, relativamente, àquilo que se passou recentemente com o acórdão do tribunal que absolveu da prática de qualquer ilícito



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

criminal o anterior Presidente da Câmara. Eu vou apenas citar a partir deste momento aquilo que é um extrato daquilo que é a sentença referida...

Presidente da Assembleia Municipal – Senhor Deputado, deixe-me interrompê-lo. O Senhor disse aqui que não houve nenhum ataque?

Álvaro Manuel Reis Batista (PSD) - Não foi isso que disse Senhor Presidente. Hoje ninguém tinha falado do Senhor Presidente a não ser o Senhor Deputado que me antecedeu.

Presidente da Assembleia Municipal – O Senhor não esteve atento à sua bancada. Numa intervenção da sua bancada houve um ataque pessoal ao anterior Presidente da Câmara.

Álvaro Manuel Reis Batista (PSD) – Senhor Presidente da Assembleia que eu saiba, tenho o direito de usar da palavra...

Presidente da Assembleia Municipal – Eu também tenho o direito. O Senhor está a faltar à verdade.

Álvaro Manuel Reis Batista (PSD) - Senhor Presidente, não estando a faltar à verdade e não estando a ofender ninguém, tenho o direito de usar da palavra em sede de democracia, quer agrade à Mesa, quer não.

Presidente da Assembleia Municipal – Também exige verdade e ética Senhor Deputado. O Senhor está a faltar à verdade e tem que me permitir que lhe chame a atenção. Nesta sessão, a primeira intervenção do PSD, houve um ataque ao anterior Presidente de Câmara. Não sei se o Senhor estava distraído, ou não estava cá.

Álvaro Manuel Reis Batista (PSD) – Estava distraído Senhor Presidente.

Presidente da Assembleia Municipal – Então agradeço que esteja mais atento.

Álvaro Manuel Reis Batista (PSD) – Eu vou então ler extratos do acórdão do tribunal Administrativo e Fiscal de Castelo Branco...

Presidente da Assembleia Municipal – Senhor Deputado essa questão já está ultrapassada e nem sequer foi aqui comentada.

Senhor Deputado não venha para aqui a gozar connosco.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Álvaro Manuel Reis Batista (PSD) – Dá-me licença de usar da palavra?

Presidente da Assembleia Municipal – Eu dou-lhe licença de usar da palavra, de usar corretamente.

Álvaro Manuel Reis Batista (PSD) – Senhor Presidente vou citar uma sentença que transitou ...

Presidente da Assembleia Municipal – Senhor Deputado isso não tem nada a ver com a questão que foi aqui levantada.

Álvaro Manuel Reis Batista (PSD) – Senhor Presidente, tenho o direito de usar da palavra como bem entendo, não estamos ainda numa antidemocracia.

Presidente da Assembleia Municipal – Agradeço-lhe que faça a sua intervenção rapidamente.

Álvaro Manuel Reis Batista (PSD) – Dentro do tempo que tenho Senhor Presidente, retirando obviamente as interrupções que fui alvo.

“E devido a esta presunção absoluta de parcialidade, recai sobre o réu, dado que intervém em procedimentos contratuais perante, os quais, a ilegalidade cometida pelo mesmo, assume de caráter de grave, atendendo aos valores que se encontram em causa e que foram explicitados, isto é a celebração de um contrato que fornece um benefício económico à entidade escolhida, esta acede a uma vantagem económica pelo facto de lhe ter sido adjudicado um contrato público”.

“Quando o réu decidiu no procedimento do contrato convidar as empresas, coloco-as numa situação de vantagem perante as mais empresas no setor que poderiam igualmente efetuar empreitadas em causa e que não tiveram oportunidade de acesso a esses procedimentos. Ora, o réu já exerce funções na Câmara de Castelo Branco, desde quatro de janeiro de 1998, ou seja, já exerce funções ligadas à gestão da autarquia local há mais de 21 anos de forma ininterrupta, pelo que não é crível que desconhecesse os impedimentos consignados nos normativos referidos. Porém essas condutas, não detém potencialidade de desculpabilizar o comportamento assumido pelo próprio....”

Presidente da Assembleia Municipal - Senhor Deputado peço que conclua, já ultrapassou o seu tempo.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Álvaro Manuel Reis Batista (PSD) - Concluo já Senhor Presidente. É com base na agregação de todos os juízos de valor que foram sendo feitos, os quais denotam uma atuação desconforme com o princípio da imparcialidade e da transparência que o tribunal impute, conduta do réu a título de culpa grave, isto é a decisão do tribunal, é isto que está em causa, e por isso o Senhor Presidente da Câmara anterior não vai voltar para as suas funções.

Presidente da Assembleia Municipal – Obrigado Senhor Presidente. Onde é que está a defesa da honra?

Leopoldo Martins Rodrigues (Presidente da Junta de Freguesia de Castelo Branco) – Efetivamente, desde o princípio que as coisas ficaram claras. Desde o início que aqui distinguimos entre um ato administrativo e a sentença que foi proferida no dia quatro. E desde o início que dissemos que o Ex-Presidente da Câmara Municipal tinha também, neste caso, assumido um ato administrativo, pelo qual está a pagar com a perda de mandato. Mas, o que aqui está em causa é muito mais que isso. O que aqui está em causa é a decisão do tribunal do dia quatro em que claramente se prova que não houve a apropriação de dinheiros públicos, que não houve favorecimento à empresa Strualbi, porque esta empresa concorreu com outras empresas tendo apresentado o melhor orçamento.

Mais, ficou provado nesse acórdão que nunca o Ex-Presidente da Câmara Municipal deu indicação aos Serviços para contratualizarem ou fazerem informações no sentido de contratualizar esses mesmos serviços.

Mais, o Coletivo que julgou o processo diz que seria muito estranho que todos os serviços estivessem em conluo para beneficiar uma empresa e que isso seria levantar suspeitas sobre todos trabalhadores ou grande maioria dos trabalhadores da Câmara Municipal. Obviamente, o Coletivo de Juízes rejeitou perentoriamente. Aquilo que aqui está em causa meus caros, é um julgamento de caráter. É isso que o PSD tem feito e hoje voltou a fazê-lo com o Senhor Presidente da Câmara Municipal, pôr em causa a hombridade, pôr em causa a seriedade das pessoas. E no que respeita ao caráter o ex-Presidente da Câmara Municipal foi absolvido no dia 4, e é isso que nos interessa relevar, a nobreza do caráter e o facto, do Ex-Presidente da Câmara Municipal ter sido absolvido ao contrário daquilo que vocês queriam.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Presidente da Câmara – Vou fazer aqui algumas conclusões e responder a algumas perguntas que me foram formuladas. Neste sentido, começo pela primeira intervenção da Deputada Cristina Granada que fala aqui nas instituições particulares de carácter social e o apoio que a Câmara Municipal manifestamente, apoiou.

Eu quero dizer-vos que existe um desconhecimento total do que se passa nas instituições particulares de solidariedade social. Isto é mais grave quando algumas pessoas que têm e deviam ter consciência desta situação as deturpam na realidade.

Hoje estar nas IPSS, está-se numa forma voluntária como antigamente, mas as exigências específicas, as exigências técnicas de cada instituição são altamente extraordinárias e que obviamente, está muito na fase que os Órgãos Sociais das Instituições têm um papel, uma responsabilidade extraordinária para apoio daquilo que é a verdadeira essência das IPSS e a verdadeira essência do apoio aos utentes, salvaguardar a sua saúde e a sua qualidade de vida. E quando a Câmara Municipal de uma forma de apoiar também este setor, o setor social e solidário e não aquela afirmação, diria anglicana de terceiro setor que não existe há muitos anos. Dizia eu, quando a Câmara Municipal manifestamente tem este formalismo e este apoio e aplica-o de acordo com os critérios, quer do número de utentes, quer do número dos funcionários, portanto, aplica trezentos mil euros em apoio. Quero dizer-vos que esses trezentos mil euros não é a totalidade daquilo que as Instituições de Solidariedade Social têm tido com custos devido à pandemia. É manifestamente pouco. As Instituições estão a consumir dos seus fundos um valor extraordinário e esta é uma verdade que tem que ser dita. Obviamente, que uma forma de equilíbrio de todos estes apoios, a Câmara Municipal e bem atribuiu este valor global, macro, de trezentos mil euros para ajudar na implementação do plano de contingência. E isso foi feito. Foi feito da parte das Instituições de uma forma humilde que é um valor que falta a algumas pessoas que é a humildade. Eu diria, evidentemente, de uma forma transversal que houve um agradecimento, um enorme bem-haja da parte das Instituições. Muitas não estavam à espera, praticamente nenhuma estava à espera, mas entenderam que a Câmara Municipal estava ao lado delas porque também sabemos o que é que fazem nas Instituições do nosso concelho e da rede social do nosso país e isto é a verdade nua e crua que quero dizer de uma forma perentória. O



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Estado, se fizesse este apoio gastava muito mais e não o faria com eficiência que é demonstrada, dia a dia pelas Instituições.

A Senhora Deputada, Maria de Lurdes Barata, fala aqui na Educação. Outro setor que a Câmara Municipal decidiu apoiar e apoiou desde a mesma hora e apoiou em parceria com aqueles que conhecem a realidade, os Diretores dos Agrupamentos e o Presidente do Instituto do Instituto Politécnico. No caso dos Agrupamentos e já o afirmei aqui nesta Assembleia Municipal, perguntamos, “quais são as vossas necessidades”? As necessidades são estas e enumeraram-nas.

Obviamente, na primeira vaga, o Presidente, Luís Correia de uma forma normal, como deve ser de um autarca, apoiou os quatro Agrupamentos com toda a certeza do apoio que estava a fazer, não era aos Agrupamentos, mas aos alunos, numa situação que se estava a viver porque interromperam-se as atividades letivas, presenciais.

Depois na segunda vaga, houve novamente apoios porque mais uma vez os Agrupamentos manifestaram que havia mais dificuldades. A Câmara Municipal já tinha apoiado com computadores, com bandas largas, routers e com outros apoios. Portanto, voltou novamente a apoiar. E também despertou, é importante que se diga, da parte das empresas, dos empresários e algumas que nos dizem muito para o nosso concelho, que dão emprego às pessoas do nosso concelho e da nossa região, a AXIANS que apoiou em cem computadores distribuídos pelos Agrupamentos de Escolas.

Depois entendeu o Executivo que devia apoiar também os alunos porque chegavam-nos algumas indicações de algumas dificuldades para pagar as propinas. Neste caso, falei com o Presidente do Instituto Politécnico de Castelo Branco e disse-lhe, que a Câmara Municipal tinha condições para apoiar os alunos com dificuldades. Obviamente, vamos apoiar de uma forma transversal os alunos do concelho de Castelo Branco, com residência até 31 de dezembro e foi o critério que se adotou e apoiamos com duzentos e sessenta e quatro mil euros. Quero dizer, também de uma forma muito entusiástica que nos têm chegado agradecimentos também da parte de muitos alunos, no apoio ao pagamento das propinas. Aqueles que pagaram as propinas, obviamente, foram ressarcidos de valores e esse encontro de contas está a ser feito com o Instituto Politécnico, a transferência foi feita em parceria com o IPCB enumerando e identificando as



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

dificuldades. E, portanto, a Câmara Municipal fez essa transferência. Quero dizer-vos de uma forma objetiva que nos têm dito que se não fosse este apoio não tinham condições económicas para continuar os estudos. Isto é verdade e, evidentemente, isto sensibiliza-nos, mas só nos reforça e motiva para continuar a trabalhar desta forma.

Dr^a. Maria do Carmo, fala aqui de um assunto que às vezes nestas Assembleias foi levantado também, às vezes é a história do “consta”, desculpem que vos diga, mas começo aqui a pensar na história do “consta” que é um problema. Dizem que no Centro de Recolha Animal matamos os animais, os gatos e os cãesinhos. Eu obviamente, estou na Câmara desde de 2017, não me lembro que isto tenha acontecido, tirando situações próprias que a Médica Veterinária que faz a análise, isso todos sabemos. Eu próprio já tive um cão que já teve que ser resolvida a situação e, portanto, já era um cão que já estava connosco há muito tempo e é obvio que isto nos sensibiliza, são animais de companhia. Faz aqui uma apologia daquilo que existe e como se costuma dizer a Câmara Municipal não atirou o lixo para baixo do tapete e enfrentou esta situação com uma resolução inovadora e com a identificação da situação dos gatos, no que diz respeito a várias orientações, esterilização e ao apoio a essas colónias. Portanto, está-se a fazer e não só na cidade porque vivemos no concelho com diferenças muito grandes entre as várias freguesias e estamos a fazê-lo também com as freguesias porque é assim que deve ser trabalhado. A política autárquica, obviamente, também em parceria, fomos buscar, por exemplo, a Escola Superior Agrária que tem matéria, estudo científico e equipamentos. A Câmara Municipal não está sozinha. O Presidente da Câmara não está sozinho, quando decide não decide sozinho, decide em conjunto e vão ver para alguns mais distraídos que dá muito mais jeito trabalhar em conjunto, em equipa, no final até se superam os objetivos. Obviamente, temos muitas colónias na cidade e nas freguesias, estão a ser apoiadas, na alimentação, está a ser feito um trabalho que já vem de trás com a possibilidade de adotar os cães e gatos que tem sido frutífero, o que é importante. Estamos no bom caminho e é assim que se constroem, como disse e muito bem a Dr^a. Maria do Carmo, as cidades e as comunidades sustentáveis, retirava as cidades e diria os territórios e mantê-los no seu habitat habitual, no seu ambiente nas suas rotinas.

O Senhor Deputado Jorge Neves, desperta-nos e é importante, sobre a situação de pandemia. E as palavras que desde fevereiro, março nos tem atormentado, como “pandemia”,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

“confinamentos”, “desconfinamento”, “Covid-19”, “isolamento”, enfim, várias expressões novas e que diria mesmo, com toda a frontalidade gastas por todos. Faz aqui uma intervenção utilizando o termo, “Admirável Mundo Novo”, um livro importante e diria que com muitos livros e muitos filmes este vírus ensinou-nos que a ficção passa a realidade e isso aconteceu. A ciência é ameaçada, a comunicação por vezes não é correta, deturpa e as tecnologias que nos estão a aproximar, também nos afastam do contacto físico, por exemplo.

Faz aqui também referência às iniciativas do Castelo Branco Apoia. É muito dinheiro, mas é muito bem aplicado, são quatro milhões e seiscentos mil euros, no âmbito, desde que começou esta estratégia da pandemia. Fizemo-lo novamente em parceria com a ACICB, AEBB, com o IPCB, os Agrupamentos, também com a ANTRAL, etc. Eu só referia aqui uma pequena alteração, é que neste momento já houve duas mil entregas de refeições e não mil, portanto, parece circunstancial, mas é um facto.

Depois a Fábrica do Empreendedor, toda aquela intervenção no âmbito do CEA, Fábrica da Criatividade e tem um nome, chama-se “Luís Correia”, foi o Senhor dono daquela obra. Não podemos ser ingratos com o passado.

Deputada Fátima Quintas, faz aqui uma pergunta objetiva, evolução do projeto da Farias Vasconcelos, isto é, substituição do amianto. Está, portanto, entregue a empreitada, agora vai-se desenvolver toda a parte que diz respeito à contratação pública, a fase final são mais, como sabe, duzentos e cinquenta mil euros e era uma necessidade do concelho e como sabe era a única escola do nosso Agrupamento porque a Câmara tem feito o trabalho de casa, já substituiu muito amianto nas outras escolas. Faltava esta que não era da Câmara Municipal, acredito que já o tivesse feito se ela fosse nossa. Agora já é.

Miguel Barroso, quero-lhe dizer, uma das obras da Misericórdia e não gosto de misturar as coisas, mas aqui tenho que o dizer, é ensinar precisamente os ignorantes. Quero-lhe dizer que objetivamente e “olhos nos olhos” que aprendi apesar de ter feito as minhas funções no Exército que o último a abandonar o navio é o Comandante. Respondi à sua dúvida? Espero que sim. Não.

Disse a primeira e não posso dizer mais. Então quando lhe digo que uma das obras espirituais são ensinar precisamente os ignorantes e a história do “consta” verifica-se que o “consta” não é



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

verdade. Acha que se tivesse mentido, face ao “vasculhar” não teriam já descoberto, se tinha sido vacinado? O último a abandonar o navio é precisamente o comandante. Dei-lhe a sua resposta.

Deputado José Ribeiro, houve mais apoios, como sabe, no que diz respeito à água ou a consumidores domésticos e não domésticos, na primeira fase ouviu também aos não domésticos, e não só ao comércio e serviços e qualquer empresa de Castelo Branco, já teve redução da tarifa da água.

Quero-lhe dizer de uma forma objetiva e concreta que nos apoios do Castelo Branco Apoia podem não ter terminado aqui, atenção que isto há um caminho. Quero-lhe dizer que há mais apoios que estão a ser estudados e analisados pela Câmara Municipal.

Quanto à situação do pagamento dos espetáculos está a ser feito cumprindo a lei, não está a ser pago porque os espetáculos estão a ser adiados, quando terminar esta fase, esperemos que rapidamente, penso que é uma ambição de todo o sere vivo da terra, evidentemente, pensamos nós, que nos próximos meses serão reagendados os espetáculos de acordo com os contratos.

Quanto à distribuição de máscaras, dizia-lhe que gostaria imenso de dar aqui esta boa nova, mas ainda não conseguimos fazer isso, são muitas máscaras e temos tido algumas dificuldades de avaliação das propostas, mas penso que durante o mês de março, lá para o final, teremos dados objetivos sobre isso.

Deputado Eliseu, se estivéssemos à espera dos contributos daquele apoio do chamado fundo que veio aqui anunciar aqui há uns meses, teríamos que esperar sentados. Mas, o importante é que hoje as pessoas, agradecem esse apoio apesar de pouco, mas foi importante e também não acaba aqui. Pode haver mais apoios.

Nuno Figuinha, as rendas também não acabaram aqui, pode acontecer mais.

Apoio às famílias, Senhor Deputado, já aqui falei neste assunto, quero-lhe dizer que através da rede social já apoiamos em mais de cem mil euros. Os programas, objetivamente, as instituições e a Câmara Municipal fizeram protocolos, já vai em mais de cento e cinquenta mil euros. Repare, não temos é que andar a dizer quem é que apoiamos, mas, no entanto, se houver



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

alguma situação que não esteja identificada, cá estamos. Agora estes apoios, entendemos nós, entendo eu, desde sempre, devem ser feitos de uma forma discreta.

Senhora Presidente da Junta de Freguesia das Sarzedas, Celeste Rodrigues, quero-lhe dizer que há pouco disse que o Comandante é o último a abandonar o navio, e também o primeiro a implementar medidas, por isso é que estava lá naquele dia. Apercebi-me que a situação era trágica porque já andei naquelas zonas há uns anos atrás, em outras condições e conheço bem o território e sabia muito bem o que ia acontecer. Aquilo que previa, aconteceu, mas acima de tudo como já o disse aqui, salvaguardamos as coisas das pessoas. Salvaguardamos as casas de habitação das pessoas daquela freguesia. Obviamente, houve coisas que não pudemos salvar, mas a Câmara Municipal tem estado ao lado das pessoas desde a primeira hora.

A Câmara Municipal não descobriu a Lisga, desde o dia 13 de setembro de 2020, já tinha descoberto há muitos anos. Já conhecia as pessoas e algumas até pelo nome. Agora como vimos que a medida 6.1.1 não resultava daquilo que saiu em dezembro, obviamente, estávamos à espera, ela foi tão redutora que segundo os nossos conhecimentos só uma pessoa podia usufruir daquele apoio. Tivemos que apoiar com cerca de cento e quarenta mil euros e vamos entregá-lo à Junta de Freguesia que levará o seu regulamento, depois entregará às pessoas que estão devidamente identificadas porque este trabalho tem que ser feito logo, para não dar aso a outras coisas mais redondas, ou mais dispersas.

Problemas de comunicação, quero-lhe dizer que estamos a fazer o trabalho nesta área, temos feito muitos contactos com a ANACOM e penso que a curto prazo, haverá iniciativas neste sentido, pelo menos são os dados e que eu próprio estou a fazer e a acompanhar pessoalmente.

Senhor Deputado Álvaro Batista, piores números do país, mas agora temos os melhores, 37, mas, não nos podemos esquecer de 75 mortos, no âmbito, da pandemia no nosso concelho e aqui penso que devemos prestar homenagem a todos aqueles que faleceram com Covid-19 e, obviamente, apresento aqui às famílias um abraço solidário e os nossos sentidos pesamos a todos os que perderam a vida neste momento.

E, obviamente, que os números catapultaram-se, estivemos muitos surtos em lares, mais à frente irei falar sobre isso.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Quanto ao acórdão daquela situação, respondo-lhe já porque o Senhor Deputado Leopoldo Rodrigues fez uma intervenção que considero excelente porque foi objetiva, mas não foi indicadora de ninguém individual, isto é, acutilante sobre ninguém.

Obviamente, que o Dr. Luís Correia, Presidente de Câmara e Presidente uma vez, será sempre Presidente de Câmara, quero-lhe dizer que tenho-o como uma pessoa honesta, idónea, com carácter, ética e foi extraordinariamente massacrado com a sua família. Devia haver mais decoro para com ele. A história do “consta” muitas vezes também foi aqui apologia. Reparem, a situação que há pouco o Dr. Leopoldo Rodrigues falou, do VTE – Eventos, dava jeito não mencionar algumas frases no contrato que era adiado o pagamento porque não havia execução. Dava jeito. Não era notícia... Quando temos o populismo e a falta de objetividade e a demagogia, vale tudo.

E até no âmbito da comunicação social abusiva dessa atitude. Pois, mas não estava lá. Que chatice, não mostraram. É que se mostrassem isso não era notícia. É ridículo, mas é verdade, isto chateia. Quem é que chateia mais? O Senhor ex-Presidente de Câmara, Dr. Luís Correia que mais uma vez entraram num esquema que não estava correto. Tenho que lhe dizer frontalmente. E não há letras pequeninas, o tamanho da letra, fui verificar era o mesmo e o tipo de letra também.

Ainda bem que foi arquivado. Aliás, ainda bem que se fez justiça.

Cuidado com os julgamentos de carácter.

José Dias Santos Pires (PS) – Eu queria deixar duas questões ao Senhor Presidente da Câmara porque os desenvolvimentos de hoje, desta sessão levaram a que se encaminhasse para determinada linha própria. Mas há duas coisas que me parecem importantes e gostava que o Senhor Presidente pudesse de alguma maneira esclarecer, até porque creio que isto que vou referir faz e tem feito parte da reflexão da equipa do Executivo Municipal e, portanto, de toda a gente, de todos os membros, quer da oposição, quer do PS do Executivo Municipal.

De acordo com aquilo que é o plano de recuperação e resiliência que o nosso Governo apresentou e que está em consulta pública, gostava de saber qual é a reflexão que tem sido feita no âmbito do Município em relação ao enquadramento naquilo que são as bases e as linhas estruturais quer das reformas, quer das componentes diferentes que integram aquela proposta. E, portanto, a minha questão é muito clara, se de facto o Município tem refletido sobre as condições



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

que temos, ou não para ser um território de âmbito digital que é uma das áreas em que o próprio plano se refere. E, se por outro lado, também o nosso Município tem refletido sobre as condições que tem ou não, para ser também candidato e poder participar dentro das próprias propostas deste plano como um território ecologicamente sustentável.

E, finalmente, saber também até que ponto não tem sido refletida a importância, até por causa do nosso território empresarial, portanto, de toda a estrutura empresarial e do território empresarial que temos, se Castelo Branco não pode também neste âmbito poder apresentar se Castelo Branco região território, como um motor para uma zona económica especial determinante para o desenvolvimento quer do Interior por causa da nossa localização geográfica, quer ainda, porque a nossa autarquia está economicamente estruturada e está em termos de planificação, Plano e Estratégia suficientemente armada para poder participar.

A segunda questão, porque me parece que é uma questão importante, e para de uma vez por todas fique resolvida nesta Assembleia Municipal, quero colocar ao Senhor Presidente, uma pergunta de carácter político ideológica. O que é que o Senhor Presidente pensa sobre três grandes mestres da política, em relação o que é fazer política e o que é estar na política? Gostava de ouvir a sua opinião.

O Maquievel dizia que os cargos não têm nomes de pessoas, têm obrigações. E dizia também que as pessoas é que têm cargos e nisso as respetivas obrigações. Por sua vez, Montesquieu completava o seguinte, o juízo público e judicial acerca do cumprimento, ou não destas obrigações recai sempre sobre o cumprir ou incumprir as obrigações inerentes áquilo que é o cargo.

Finalmente, o Adams Smith diz que a pessoalização do elogio ou na condenação é sempre politicamente inadequada e nós ainda com tantos anos de experiência política, ainda por cima, estou a falar de três homens que são os pais do liberalismo e os pais de uma visão social democrática da sociedade.

Presidente da Assembleia Municipal – Senhor Deputado essas questões não fazem sentido serem colocadas neste momento. Essas questões fazem sentido serem colocadas depois da intervenção do Senhor Presidente no Período da Ordem do Dia.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

José Alberto Moreira Duarte (PSD) – Intervenção da bancada.

Voto de Pesar

Leopoldo Martins Rodrigues (Presidente da Junta de Freguesia de Castelo Branco) – A Assembleia Municipal de Castelo Branco reunida a 26 de fevereiro de 2021, manifesta o seu mais profundo pesar pelo falecimento do Dr. Sampaio Lopes, cidadão reconhecido pela sua entrega à causa pública com especial relevância pelo seu desempenho cívico e político enquanto Governador civil do Distrito de Castelo Branco.

A toda a família e amigos são enviados os mais sentidos pêsames.

Presidente da Assembleia Municipal – Quero tecer aqui duas ou três considerações, por uma questão pessoal me associo, enfim, com toda a minha convicção porque trabalhei com o Dr. Sampaio Lopes e sei que tudo o que está escrito é adequado e penso que o Dr. Sampaio Lopes foi um cidadão que, nomeadamente, na política onde interveio fê-lo sempre de uma maneira altruísta, séria e por isso mesmo se justifica este voto de pesar e todos os votos de pesar que forem, entretanto, emitidos ao longo desta semana.

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o respetivo voto de pesar, subscrito por todos os Grupos Municipais.

Neste momento, procedeu-se a um minuto de silêncio em memória do Dr. Sampaio Lopes.

II – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

Ponto 1 - Aprovação da ata n.º 6, referente à sessão de 16/12/2020.

Presidente da Assembleia Municipal – Esta é a ata da última sessão da Assembleia Municipal que como sabem houve um problema relativamente há gravação. Os representantes dos Partidos tiveram conhecimento numa reunião que promovemos, foi dada oportunidade a todos os membros que intervieram nos pontos da Ordem de trabalhos, poderem indicar quais foram as suas intervenções, alguns membros fizeram e outros não, portanto, a ata estará em condições de ser votada.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Só quero dizer que houve um problema na gravação como foi explicado, a gravação foi feita na regi do Cine Teatro Avenida de modo diferente que fazíamos no Salão Nobre da Câmara Municipal, não se sabe qual foi o motivo, a partir de determinada altura deixou de gravar. Hoje estamos a fazer a gravação em duplicado, portanto, existem duas gravações de modo diferentes, numa pen e num leitor de mp3, se alguma falhar, existe sempre a possibilidade de recuperar a outra gravação.

Esperamos de facto que estas situações não voltem a acontecer.

Vou então colocar a ata n.º 6, referente à sessão de 16/12/2020, à votação da Assembleia Municipal.

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a ata n.º 6, referente à sessão de 16/12/2020.

Ponto 2 - Apreciar uma informação do Presidente da Câmara sobre a atividade municipal e situação financeira do Município.

Informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal

(alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do Anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e artigo 35.º do RAMCB)

- a) e b) Atividades desenvolvidas pelas associações, fundações e outras entidades de cariz não empresarial, bem como nas empresas municipais ou outras entidades em que o Município detenha alguma participação no capital social ou equiparado, e os resultados disponíveis de natureza económica financeira: têm-se pautado pela normalidade, nada havendo a registar. Os relatórios de atividades e contas têm vindo a ser oportunamente remetidos, nos termos da lei, aos órgãos municipais.
- b) **Situação financeira em 16/02/2021:**
- i) Saldo de Operações Orçamentais – 38.703.019,90 €
 - ii) Saldo de Operações Não Orçamentais – 5.176,73€
 - iii) Valor em dívida em 4/12/2020 – 768.139,28 €
 - iv) Outros:



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

- CMCB – Ver anexo I.

- SMCB – Ver anexo II.

c) **Reclamações:** Nada a assinalar.

d) **Recursos hierárquicos** – Nada a assinalar.

e) **Processos judiciais em curso/ fase processual atual** – Ver anexo III.

Presidente da Câmara – Há um documento que foi divulgado, no entanto, queria dizer aqui alguma coisa sobre a atividade municipal.

A situação de pandemia tem-nos despertado e como se costuma dizer, a “necessidade aguça o engenho” temos tido aqui um trabalho muitas vezes como se costuma dizer não muito visível, mas neste aspeto, quero dizer que tem manifestamente dado oportunidade a pessoas, a entidades que têm tido uma disponibilidade extraordinária. E desde que foi identificado o problema do país e claro, no nosso concelho de uma forma concreta, todos têm contribuído para que possamos ultrapassar esta situação que todos entendemos que é uma tragédia.

A Câmara Municipal e funcionários tem estado afectos a esta parte da pandemia e quero-vos dizer que muitas empresas, pessoas, famílias deste a primeira hora, detetamos que havia necessidade de ajudar muitas pessoas.

Ainda com o Dr. Luís Correia como disse há pouco, começamos os apoios e os apoios nem podem terminar agora porque há pouco alguém fazia esta observação, é um enigma, uma dúvida que persiste. Quando é que isto acaba? A chamada pergunta que vale um milhão de dólares. Não podemos dizer que terminou o programa. Era bom, mas temos que estar atentos e é isso que a Câmara está a fazer. Está a fazê-lo em parceria com as autoridades.

No entanto, quero destacar aqui uma palavra que é importante neste meio e que desde a primeira hora temos tido articulação e trabalho em equipa. São estas palavras que queria aqui destacar, articulação de meios, quer sejam humanos, quer sejam materiais, de equipamentos e depois o trabalho em equipa que é fundamental. Fizemos várias visitas a muitos espaços do nosso concelho para identificar estruturas de apoio de retaguarda, algumas foram divulgadas, outras entendemos que poderiam ter outras necessidades, outra orientação e também foram identificadas e acima de tudo disponibilizadas. Tivemos, por exemplo, a situação do IPCJ, o chamado Instituto



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

da Juventude que foi devidamente identificado, está montado com camas e em boa hora o Governo entendeu que eram espaços a nível nacional que deviam ser utilizados e a Câmara Municipal de Castelo Branco em conjunto, mais uma vez com o Governo, com a Proteção Civil Distrital, obviamente, com o parecer técnico avalizado da Unidade Local de Saúde, identificamos aquele espaço para o Distrito, estão lá camas daquelas, algumas pessoas diziam que havia lá camas em beliches. Obviamente, se for necessário aquelas camas em beliches desaparecem e entram camas articuladas com comando eletrónico porque temos Instituições que podem fazer esse trabalho e temos empresas que o podem fazer, está tudo identificado.

O Senhor Ministro da Administração Interna esteve cá, foi assinado um protocolo, esteve também o Senhor Secretário de Estado da Juventude e Desporto, o Coordenador da Região Centro para esta área de Covid-19. Estiveram também e todos tiveram as suas intervenções, em boa hora, a Senhora Secretária de Estado da Ação Social que fez uma intervenção que acho que a Comunicação Social esteve presente, como sabem não teve muita gente, face às circunstâncias, que foi extraordinária, deu muito apoio àquelas entidades que há pouco disse, IPSS, que quem as suporta são os voluntários através dos seus Órgão Sociais. Mas, isso também, como disse, a articulação, o apoio, as noites e os dias, que às vezes não tinham fim, em situações de apoio, em situações de intervenção, em situações presenciais destas entidades que destaco, a Unidade Local de Saúde, a Segurança Social e também as próprias Instituições e as Juntas de Freguesia estavam presentes quando surgiram os primeiros surtos em lares e o acompanhamento total da Câmara Municipal.

Desculpem, mas tenho que o dizer, às vezes politicamente não é bom a gente dizer estas coisas, aldrabices, mas tenho que o dizer, “a Câmara Municipal não apoiou”. A Câmara Municipal apoiou e muito. Queria apoiar muito mais porque estas pessoas merecem.

Há pouco mencionei setenta e cinco mortos, mas tivemos muitos casos em lares. Tivemos situações complicadas, ainda não há muitos dias tivemos um surto num lar, por exemplo, na APPCDM de Castelo Branco. E vejam, o trabalho que foi feito discreto numa Instituição de Deficientes, em que foi necessário ter muito cuidado. Acho que conseguimos e ainda bem que o fizemos desta forma.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Centros de Vacinação. Identificamos em articulação, em equipa, um em Alcains, no norte do Concelho, outro em Castelo Branco, todos eles com fácil acesso, com os passos, com dinâmicas, com os recursos humanos que é muito difícil. Às vezes temos instalações e não temos recursos humanos porque cada vez mais, temos necessidade de recursos humanos nestas áreas, mas todos em articulação, montamos os centros de vacinação e isso deve-se a muita gente, anónimos que muitas vezes não são aqui lembrados, diria que há muitos.

Depois vai uma palavra para a igreja e na pessoa do Padre Castanheira que desde a primeira hora, disponibilizou logo o Seminário que estava devidamente identificado se fosse necessário para outra temática, outra valência, outra resposta. Chegou-se à conclusão que seria uma excelente resposta para este plano de vacinação e logo o montamos.

Quero dar especial agradecimento à Junta de Freguesia de Alcains e ao Senhor Presidente de Junta, é assim que a gente trabalha.

Depois há muitas coisas que eram necessárias fazer na Câmara Municipal porque o concelho não vive só de pandemia. As pessoas vivem para além da pandemia e todo este trabalho tem sido feito, com muita disponibilidade e com muito empenho de todos.

Quando há pouco o Deputado José Pires me questionou, quero-lhe dizer com toda a franqueza, quanto ao plano de resiliência, estamos a fazer o trabalho. Repare quando falamos naquele programa da Deloitte, apoio à economia e o pós-covid que nos deve pôr a trabalhar, estamos nessa linha. Conhecemos bem estas três áreas de apoio ao Programa de Recuperação e Resiliência, a transição climática, a transição ambiental e, obviamente, a resiliência. Estamos a falar de catorze milhões de euros. É muito dinheiro, mas também temos que ter a consciência que muitos desses dinheiros não estão a ser aplicados em Portugal, desde o início da União Europeia, ou melhor, União Económica Europeia. Penso que sabem estes números, mas o melhor ano neste período todo que estamos ligados à União Europeia de apoios foi três milhões e meio de euros.

Agora temos que os ultrapassar. Reparem, ainda estamos no processo de execução do Portugal 2020. Sabem quanto dinheiro temos? Temos onze milhões de euros para executar. Agora foi estendido até 2023. Estamos a fazer esse trabalho e até dia 30 de março os contributos são sempre bons, venham eles.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Quanto àquela pergunta que me fez sobre aqueles brilhantes filósofos, diria que me revejo em alguns e em outros nem tanto, mas acima de tudo cada vez me convenço mais que é com trabalho que se atinge os objetivos. Mas, isso também nos faz pensar e, se calhar, à medida que vamos avançando na idade, vamos recordando essas pessoas que às vezes como alunos, estudantes melhor dito, a gente nem ligava muito, mas agora ainda bem que despertou esses nomes que nos fazem pensar muitas vezes e nos devem fazer pensar mais para frente, diria que são bons orientadores para o bem e para o mal.

Quero-lhe dizer que gosto desta área do saber porque é história da Filosofia e desses homens importantes.

As obras continuam, apesar de muitas dificuldades, também no âmbito da atividade municipal, em algumas já se começa a ver qualquer coisa, como, por exemplo, a Rua Conselheiro Albuquerque e outras, como o Parque de Montalvão. Esperamos que no dia 20 março, estejamos aqui a fazer a Sessão Solene do Dia da Cidade dos 250 anos de Elevação Castelo Branco a Cidade e para entrega de medalhas àquelas pessoas e entidades que foram quatro no ano de 2020 e mais doze este ano e que de uma forma geral atribuímos, no âmbito da Saúde, nas pessoas da primeira linha, aos profissionais da primeira linha, a Proteção Civil, Bombeiros, as Escolas, aos Professores, aos Assistentes Técnicos e aos Assistentes Operacionais das Escolas que obviamente vão ter o seu momento e esperamos então que no dia 20 de março seja possível realizar esta cerimónia.

Vamos ter também outras atividades, mas isso é um trabalho que se faz trabalhando, caminhando e como se costuma dizer trabalhar, trabalhar, trabalhar... É importante que o façamos.

Álvaro Manuel Reis Batista (PSD) – Queria começar por dizer, relativamente, à atividade municipal e pegando naquilo que foi a intervenção do Senhor Presidente que sinceramente não aprecio demasiado esta visão conformista relativamente à fatalidade que atingiu o concelho, os surtos de covid-19, sobretudo, nos lares e em outras instituições, isto porque os poderes públicos quer a nível nacional, quer as autoridades locais, existem precisamente para proteger os cidadãos do máximo possível desta realidade. E, portanto, a primeira conclusão, no nosso ponto de vista, é



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

importante tomar medidas preventivas que foram estabelecidas quer a nível nacional, quer a nível local, não foram suficientes para evitar estas realidades. Não estou a querer de maneira nenhuma, atribuir culpas a ninguém, estou apenas a tentar constatar um facto, isto porque parece-me ser das normas, acho que é importante aqui referi-lo. Parece-me ser das normas que quando aparecem estes fenómenos, a seguir devem ser feitos inquéritos epidemiológicos para averiguações do que é que correu menos bem e, sobretudo, parece-me que será o principal objetivo, tentar quebrar as cadeias de transmissão do vírus.

O Senhor Presidente da Câmara falou aqui na resposta que foi dada aos surtos, mas nada referiu precisamente no referente aos inquéritos que tenham sido feitos e das medidas concretas que foram feitas na altura e que estarão seguramente a ser feitas para diminuir ao máximo possível a transmissão do vírus para que todos possamos voltar à normalidade.

As questões que aqui deixo ao Senhor Presidente, são estas em relação à atividade municipal:

O que é que o município fez ou em que é ela interveio na concretização dos inquéritos? Quais foram os seus resultados? E quais são as medidas que estão neste momento a ser tomadas a esse nível, ao nível preventivo para que Castelo Branco fique mais rapidamente livre deste vírus?

Depois quero dizer, Senhor Presidente da Câmara que apesar dos alertas que o PSD tem vindo a fazer, no que diz respeito a esta informação sobre a atividade municipal, continua o Município a não cumprir a lei, em concreto, nº. 2, do artigo 25º do anexo à lei nº. 75/2013, e também não está a cumprir as alíneas a) e b) do nº. 1 do artigo 35º. do Regimento da Assembleia Municipal, pois não é dada informação a esta Assembleia sobre os resultados obtidos nas associações e federações do Município, Cooperativas e Fundações de cariz não Empresarial designadamente, ao nível do desenvolvimento dessas atividades e quais os efeitos ou frutos que daí advêm, assim como não nos foi dada informação sobre os resultados disponíveis de natureza económica financeira do envolvimento da Câmara Municipal nas empresas e outras entidades em que o Município detenha uma participação no capital social.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Senhor Presidente, bem sabemos que é uma prática antiga do Município não cumprir a Lei nem o Regimento Municipal nesta matéria, mas a lei tem que começar a ser cumprida e é importante que a Câmara Municipal o comece de uma vez por todas a fazer.

Depois Senhor Presidente, olhando para aquilo que é a informação que nos é disponibilizada sobre os procedimentos que nos é adjudicada em treze de fevereiro, verificamos que é uma aquisição de serviços para promoção de Castelo Branco e acabei de citar um ajuste direto feito concretamente no dia 15 de dezembro de 2020 a uma empresa chamada LamyCar-Comércio de Automóveis, lda., fui verificar e tem a sede em Torres Vedras. Tive curiosidade e fui ver que tipo de empresa é a publicidade desta empresa, diz naquilo que é o primeiro anúncio que aparece quando fazemos uma consulta, diz “carros usados, carros baratos – Stand Torres Vedras”. E, portanto Senhor Presidente, tendo a Câmara Municipal adjudicado, por ajuste direto, serviços para promoção de Castelo Branco, penso que era importante para a Assembleia Municipal e para as pessoas lá fora, perceberem que tipo de serviços é que a Câmara de Castelo Branco adjudicou para promoção do concelho, a uma empresa que vende carros usados em Torres Vedras.

Depois Senhor Presidente, também queria perguntar, qual é o fundamento que levou o Município a fazer um ajuste direto para a manutenção das soluções presentes no Centro de Interpretação Ambiental de Castelo Branco a uma empresa denominada por Aromni – Omnipresente Augmented Reality, lda., a designação é inglesa, tem sede em Beja, ajuste direto por 10.500,00 euros. Porquê a escolha de uma empresa em Beja? Penso que é importante perceber também que tipo de serviços concretamente é que esta empresa presta que não pudessem ser encontrada numa empresa de Castelo Branco ou pelo menos aqui da nossa região?

Também lhe queria perguntar, Senhor Presidente, sobre um ajuste direto, neste caso um prestador de serviços, chamado Luís Miguel Valente Lavoura que consiste no acompanhamento e dinamização do GABI – Gabinete de Atração de Pessoas e Investimentos, no valor de 9.000,00 euros. Que atividade é esta? Este Senhor é um profissional liberal? Quem é? Qual foi o motivo porque foi escolhido? Penso que é importante termos essa informação.

Depois Senhor Presidente, já no caso das obras, temos uma consulta prévia que foi adjudicada a uma empresa chamada Luís Ramos, Unipessoal, lda., com sede no Barreiro, relativa



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

à construção, conservação, reparação e melhoramentos em edifícios propriedade do Município - Espaço de Atendimento ao Cidadão em Louriçal do Campo, pelo valor de 145,306,41 euros.

Julgando saber que as empresas de construção civil do concelho de Castelo Branco e da região não estão de maneira nenhuma, cheias de trabalho, pelo contrário, a ideia que tenho, Senhor Presidente, se estiver enganado fará o favor de me esclarecer. Parece que as empresas do concelho de Castelo Branco não terão falta de trabalho, teriam condições de fazer este serviço e, portanto, pergunto ao Senhor Presidente o porquê desta adjudicação a uma empresa do Barreiro?

Porquê a adjudicação à Empresa Extragás – Projeto de Instalações de Climatização e Gás Ida., com sede em Coimbra, para conversão da rede de gás propano para gás natural – Escola Cidade Castelo Branco, no valor 40.955,00 euros.

Senhor Presidente é uma questão antiga que temos vindo aqui a suscitar e tentar perceber porquê a Câmara escolhe alguns fornecedores de serviços e prestadores de trabalhos tão longe da sede do nosso concelho? Até agora a Câmara Municipal tem-se refugiado no silêncio e, portanto, a leitura que temos que fazer, quem cala consente e, portanto, haverá alguma coisa aqui que a Câmara Municipal não consegue explicar, no entanto, a minha obrigação é deixar aqui o apelo para que os esclarecimentos sejam dados de uma forma cabal e é isso que peço ao Senhor Presidente que é a sua obrigação.

Francisco Manuel Pombo Lopes (PS) – Queria fazer uma pergunta muito sucinta ao Senhor Presidente da Câmara porque muitas vezes há atividade da Câmara Municipal que não é realçada e só é realçada alguma porque ela é vasta. É verdade ou não que Castelo Branco é uma das 12 cidades que participa do projeto Fusilli, que muitos nos honra, entre as quais, fazem parte cidades como Atenas, Roma, Turim, Oslo e é a nível europeu uma das 12 cidades que fazem parte do Projeto Fusilli, tão importante para o desenvolvimento do setor agroalimentar que é tão caro à nossa economia .

Leopoldo Martins Rodrigues (Presidente da Junta de Freguesia de Castelo Branco) – Há pouco fiquei surpreendido com a questão que foi colocada pelo Deputado Álvaro Batista, ou sobretudo, com o comentário que as empresas em Castelo Branco estão a atravessar alguma dificuldade e não têm trabalho. Tanto quanto sabemos a Câmara Municipal tem um número



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

elevadíssimo de obras no terreno. O Senhor Presidente já aqui fez referência a algumas dessas obras e queria saber se verifica essa questão, se as empresas da nossa região estão sem trabalho e respondem imediatamente ou se a Câmara Municipal tem algumas dificuldades em contratar e, sobretudo, isso é o mais importante, é que se há atividade da Câmara Municipal é certamente condicionada pelo facto de não haver empresas em número suficiente, ou pelo menos com disponibilidade, diria assim, para dar a concretização àquele que é o Plano de Atividades e que são muitos os projetos que a Câmara tem para executar.

José Manuel Ribeiro (BE) – Quero questionar o Senhor Presidente da Câmara. Em primeiro lugar, saudar a retirada do amianto que era uma situação que já tínhamos falado há muito tempo, da Escola Farias Vasconcelos e aproveitar o momento para questionar, se idêntica intervenção vai ser desenvolvida na Escola de Alcains que está desativada, continua a ter amianto na sua cobertura.

Saudar ainda, a reabilitação do Edifício da Ex-Guarda Fiscal no valor de sessenta e nove mil e quinhentos euros. Posso estar enganado, mas penso que será para instalar o CEI-II.

Notar ainda que foram adjudicadas obras, equipamentos em Castelo Branco neste período no valor de mais ou menos novecentos mil euros. Nas freguesias de Sarzedas, Almaceda e Louriçal do Campo no valor de duzentos e vinte e cinco mil euros.

Registrar ainda a aquisição dos serviços de promoção de Castelo Branco, como já foi referido anteriormente, à empresa Lamycar – Comércio de Automóveis, lda., no valor de 19.900,00 euros.

Ainda a publicidade à imprensa escrita durante um ano pelo valor de cento e dezanove mil, oitocentos e cinquenta euros e o aluguer da árvore de natal pelo valor de dezanove mil e oitocentos euros.

Por fim, questionava o Senhor Presidente do Executivo, sobre se há alguma razão especial que leve a autarquia a não referir no documento que nos foi entregue, todas as obras adjudicadas neste período.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Quero ainda perguntar, a obra adjudicada ao Senhor Bruno António Fonseca Rosa, no valor de vinte e nove mil e quinhentos euros, se refere à produção de catorze filmes para promoção das Artes & Ofícios.

Presidente da Câmara – Em relação às dúvidas do Senhor Álvaro Batista que tem sempre muitas dúvidas, mas as dúvidas são para ser esclarecidas. Evidentemente, às vezes quando se faz o trabalho de casa é mais fácil.

Em relação àquela situação que refere da legislação que parece que a Câmara Municipal não a aplica no que respeita à situação municipal, a informação é tida em consideração, é prestada pelos órgãos próprios e, obviamente, pela Assembleia Municipal. E fiz questão de fazer um rol de atividades e não disse todas porque assim estaríamos aqui muito mais tempo. Portanto, face à comunicação, tem sido feita e a comunicação da Câmara tem sido muito boa, reparem só nos últimos sete, oito meses, temos duzentas e dezoito publicações quer a nível nacional, quer a nível regional, que é bom. Portanto, dizer-lhe que a atividade municipal também é visível na forma de informação ou divulgação que é prestada aos cidadãos.

Portanto, em relação às questões que me faz objetivamente, recordo-me daquela do LamyCar, a projeção de Castelo Branco está aqui em causa, evidentemente que não sabemos a empresa que o homem tem, mas quero-vos dizer que o Pedro Lamy é uma pessoa que tem uma visibilidade nacional e internacional e que tem sido importante para Castelo Branco até para potenciar o nosso kartódromo que tem sido elogiado, tem sido, portanto, elogiado por todos.

Depois quero-lhe dizer em relação às obras, o Senhor Deputado Leopoldo Rodrigues, faz aqui uma pergunta e quero-lhe dizer que as empresas de Castelo Branco têm trabalho. As empresas de Castelo Branco não têm recursos humanos suficientes para a quantidade de obras que lançou. Neste momento já temos dificuldades em entregar obras e quero-lhe dizer de uma forma objetiva que muitos dos projetos das obras que estamos a lançar vêm com concursos desertos, precisamente por isto que acabei de dizer e não o contrário, como o Senhor fez querer dizer, não é verdade.

Quanto ao Senhor Deputado Francisco Lopes, afinal Castelo Branco está a ombrear com as maiores cidades da Europa, isto é fruto de trabalho e numa área que é tão nossa que é o setor



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

agroalimentar. Evidentemente que foi a única cidade em Portugal e não foi por acaso. É porque fizemos o trabalho de casa. Identificamos isto como um projeto animador também da nossa sustentabilidade.

Senhor José Ribeiro, a Escola de Alcains está desativada, portanto, é uma situação que temos que ver e o que é que vamos fazer daquele espaço, um espaço muito importante na Vila de Alcains.

Quanto ao Pólo 2, do CEI, na Guarda Fiscal, é também um concurso que lá está, é mais um que estamos a lançar.

E, portanto, em relação àquelas dúvidas, são atividades normais da autarquia, desde publicidade que era preciso, já não tínhamos possibilidade porque estava “tapado” a atribuição de verbas para a Comunicação Social e, obviamente, agora este ano já houve a possibilidade de o fazer, mas também o fizemos através de um Concurso Público e foi aí essa atribuição e vai haver mais para outras áreas da Comunicação Social.

Em relação àquela empresa Artes&Ofícios que falou, evidentemente, que é atividade cultural e também projeção de Castelo Branco e estamos a fazê-lo muito mais até, no âmbito, dos duzentos e cinquenta anos da Elevação de Castelo Branco a Cidade, estamos a fazer várias, inclusive, faremos algumas publicações que vão ser emblemáticas e que traçam a história e daquilo que é a nossa cidade.

Ponto 3 - Discussão e votação das propostas de “Declaração de Interesse Público”:

3.1. Construção de Adega, sito em Vale Sande e Anexos, Tinalhas”. (Proposta nº. 1/2021)

Presidente da Câmara – Em relação ao pedido de Declaração de Interesse Público, portanto, é uma empresa que já tem trabalho nesta área dos vinhos, estamos a potenciar o nosso território e, obviamente, pretende fazer e legalizar uma adega. Penso que é uma iniciativa que tem a concordância da Junta de Freguesia de Tinalhas, o Executivo deu o seu parecer positivo e está aqui para fazer fé na Assembleia Municipal para receber a vossa concordância.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, declarar de interesse público a construção de Adegas, sito em Vale Sande e Anexos, Tinalhas.

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º 3.

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.

3.2. Instalação de Parque Solar Fotovoltaico, em Alcains. Hidroerg – Projetos Energéticos, lda.”. (Proposta n.º 2/2021)

Presidente da Câmara – É um pedido de Declaração de Interesse Público para instalação de Parque Solar Fotovoltaico, em Alcains da empresa Hidroerg – Projetos Energéticos, Lda, portanto, é um pedido, como sabem, tem que vir à Assembleia Municipal e é, no âmbito, da sustentabilidade, das energias limpas, isto até vem em linha de conta com aquilo que já falamos.

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, declarar de interesse público a Instalação de Parque Solar Fotovoltaico, em Alcains. Hidroerg – Projetos Energéticos, lda.”

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º 4 .

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.

Ponto 4 - Discussão e votação da proposta de “Celebração de Contratos Interadministrativos com Juntas e Uniãos de Freguesias”:

Presidente da Câmara – Em relação ao ponto 4.1. Retificação do Contrato Interadministrativo. Pessoal Não Docente – Refeições Pré- Escolar e 1.º Ciclo, Junta de Freguesia de Lardosa, foi um lapso administrativo que foi necessário retificar e é nesse aspeto que vem aqui à Assembleia Municipal.

Em relação à União das Freguesias de Escalos de Baixo e Mata, instalação do Espaço Cidadão, é uma questão que há pouco fizeram, neste caso, uma obra feita no Louriçal do Campo, agora é na União de Freguesias de Escalos de Baixo e Mata, mais precisamente na



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

aldeia da Mata, uma vez que os Escalos de Baixo já tem e, portanto, passam a ter as duas, é bom em termos de coesão territorial, as pessoas não necessitam de se deslocar e tratam de tudo ali. É uma mais valia para as nossas comunidades

Quanto à situação da União de Freixial do Campo e Juncal do Campo, a ampliação do Centro Comunitário do Barbaído, é um contrato interadministrativo para resolver um problema que temos ali, invoca um pouco naquele espaço e tem a ver com saúde pública. É uma ambição daquela população.

Quanto à União das Freguesias de Cebolais de Cima e Retaxo, foi uma situação que aconteceu no fim-de-semana com aquelas chuvas mais violentas que tivemos nos últimos períodos em que fez ruir um muro do Cemitério do Retaxo e como o Cemitério de Cebolais carecia de algumas reparações, vamos fazê-las também. O problema é que muro caiu em cima de algumas sepulturas, foram danificadas e tive que falar com alguns familiares, como sabem, é uma questão muito sensível.

Quanto à Junta de Freguesia de Sarzedas, apoio Financeiro à População de Lisga, a Senhora Presidente já falou sobre isto, eu próprio já fiz aqui algumas conclusões e, evidentemente, que chegou o momento de darmos o apoio à Junta de Freguesia e depois fará os devidos procedimentos que já está a fazê-los, com o apoio da Câmara Municipal.

Presidente da Assembleia Municipal – Não havendo mais intervenções vamos proceder à aprovação dos respetivos pontos.

4.1. Retificação do Contrato Interadministrativo. Pessoal Não Docente – Refeições Pré- Escolar e 1º. Ciclo. Junta de Freguesia de Lardosa. (Proposta nº. 3/2021)

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a retificação do Contrato Interadministrativo de Pessoal Não Docente – Refeições Pré-Escolar e 1º. Ciclo. Junta de Freguesia de Lardosa, no valor de 19.287,54€ para 23.651,54€.

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º 5.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.

4.2. União das Freguesias de Escalos de Baixo e Mata. Instalação do Espaço Cidadão. (Proposta nº. 4/2021)

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a o Contrato Interadministrativo da União de Freguesias de Escalos de Baixo e Mata para instalação do Espaço Cidadão, no valor de 9.640,70€.

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º 6.

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.

4.3. União das Freguesias de Freixial e Juncal do Campo. Ampliação do Centro Comunitário do Barbaído. (Proposta nº. 5/2021)

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a o Contrato Interadministrativo da União de Freguesias de Freixial e Juncal do Campo para ampliação do Centro Comunitário do Barbaído, no valor de 110.020,00€.

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º 7 .

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.

4.4. União das Freguesias de Cebolais de Cima e Retaxo. Obras nos Cemitérios da Freguesia. (Proposta nº. 6/2021)



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a o Contrato Interadministrativo da União de Freguesias de Cebolais de Cima e Retaxo para obras nos Cemitérios da Freguesia, no valor de 119,455,81€.

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º 8.

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.

4.5. Junta de Freguesia de Sarzedas. Apoio Financeiro à População de Lisga: Incêndio de 13 de setembro de 2020. (Proposta n.º 7/2021)

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o Contrato Interadministrativo da Junta de Freguesia de Sarzedas. Apoio Financeiro à População de Lisga: Incêndio de 13 de setembro de 2020, no valor de 147.600,00€.

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º 9.

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.

Ponto 5 - Discussão e votação da proposta de “Regulamento Municipal de Toponímia e Numeração de Polícia do Município de Castelo Branco”. (Proposta n.º 8/2021)

Presidente da Câmara – Foi um regulamento que foi necessário elaborar e teve também a concordância do Executivo e que tem a ver com o definir regras e critérios para atribuição do número de polícia e nome de ruas. Penso que é uma ferramenta essencial.

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o Regulamento Municipal de Toponímia e Numeração de Polícia do Município de Castelo Branco.

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º 10 .

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Ponto 6 - Discussão e votação da proposta de Mapa de “Fluxos de Caixa”:

Presidente da Câmara – No caso dos Fluxos de Caixa, quer da Câmara Municipal, quer dos Serviços Municipalizados é uma ferramenta que faz parte da Prestação de Contas e como sabem foi feito também uma primeira Revisão ao Orçamento e a inclusão dos saldos é no fim de contas a imputação dos saldos de gerência, portanto isto é meramente contabilístico. O Orçamento de Estado obriga a fazer isto e foi isso só nessa perspetiva que o fizemos e, obviamente, a primeira Revisão é incremento do Orçamento num valor considerável quer na Câmara Municipal, quer nos Serviços Municipalizados, precisamente porque entendemos que deve ser feito já e a situação da pandemia também nos tem obrigado a destacar mais apoios e é nesse sentido que estamos a fazê-lo.

6.1. Câmara Municipal de Castelo Branco. (Proposta nº. 9/2021)

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 30 votos a favor do PSD, 5 votos contra do PSD e 3 abstenções do CDS, BE e CDU, aprovar o Mapa de Fluxo de Caixa, da Câmara Municipal de Castelo Branco.

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º 11 .

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.

6.2. Serviços Municipalizados de Castelo Branco. (Proposta nº. 10/2021)

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 30 votos a favor PSD, 5 votos contra do PSD e 3 abstenções do CDS, BE e CDU, aprovar o Mapa de Fluxo de Caixa, dos Serviços Municipalizados de Castelo Branco.

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º 12 .



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.

Ponto 7 - Discussão e votação da proposta de “1ª. Alteração Orçamental Modificação/Revisão”:

Presidente da Câmara – É a mesma circunstância, portanto, a mesma situação que se passa com a Câmara Municipal e com os Serviços Municipalizados no que diz respeito à parte das obras e também é a situação dos fundos de caixa, portanto, é uma situação obrigatória no âmbito do Orçamento de Estado.

Diogo Nuno Ribeiro Pita Botelho (CDS) – Antes de mais, dizer que é uma honra estar aqui a representar o CDS pela primeira vez e uma honra ainda maior substituir o meu caro amigo Eng. Francisco Oliveira Martins que por razões pessoais não conseguiu estar aqui presente. E nesse sentido, porque estou aqui a representá-lo, queria falar de um tema que sei que é muito caro ao Eng. Oliveira Martins.

Estamos a falar das áreas dos fogos florestais, existem aqui verbas relacionadas com os fogos florestais e a minha pergunta ao Senhor Presidente da Câmara, é saber quem vai fazer a gestão desse equipamento e desses meios que estão previstos no Orçamento? E se não acha que seria já justificável perante estes valores a existência de um gabinete técnico florestal da Câmara Municipal que pudesse colaborar com os municípios de Castelo Branco na defesa de um património que é deles, mas que é de todos que é a floresta.

Presidente da Câmara – Quero dar as boas vindas ao Senhor Deputado Diogo Botelho, é a primeira vez que o vejo aqui. Quero-lhe dizer que se esse assunto é muito caro para o Senhor Deputado Oliveira Martins que faz parte da Comissão Florestal da Defesa contra Incêndios desde a primeira hora, 2017, e tem sido uma pessoa muito interventiva nesta área, até porque é conhecedor da causa e competente nesta área, quero-lhe dizer que todos estes recursos que são importantes, têm que estar planeados e organizados e, nesse sentido, estamos a fazer este trabalho. Quero-lhe dizer que em termos de Mapa de Pessoal, na Coordenação, existe um Coordenador Municipal de Proteção Civil que congrega estas duas áreas tão importantes.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Portanto, vai ter mais pessoal, vamos lançar os concursos, aliás já foi à reunião de Câmara, foi aprovado pelo Executivo, para incorporar neste organismo que está também presente esta parte florestal que é tão importante. Temos só no concelho de Castelo Branco, neste momento a maior mancha florestal do Distrito de Castelo Branco. É preocupante e para isso é que estamos a atribuir verbas nesse sentido, nesta área que nos preocupa tanto e é tão importante para a nossa subsistência, oxigenação e também para as nossas Comunidades que muitas delas ainda vivem da floresta.

Quero dizer-lhe que vamos implementar uma série de atividades e que alguns equipamentos são em prol do apoio aos fogos e obviamente proteger a floresta. Isto está tudo a ser articulado, obviamente com a Proteção Civil Distrital.

7.1. Câmara Municipal de Castelo Branco. (Proposta n.º 11/2021)

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 30 votos a favor do PSD, 7 votos contra, 5 do PSD, 1 do BE e 1 do CDS e 1 abstenção da CDU, aprovar a 1.ª. Alteração Orçamental Modificação/Revisão, da Câmara Municipal de Castelo Branco.

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º .

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.

7.2. Serviços Municipalizados de Castelo Branco. (Proposta n.º 12/2021)

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 30 votos a favor do PSD, 7 votos contra, 5 do PSD, 1 do BE e 1 do CDS e 1 abstenção da CDU, aprovar a 1.ª. Alteração Orçamental Modificação/Revisão, dos Serviços Municipalizados de Castelo Branco.

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º .



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.

CONCLUSÃO DA ATA

E, não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo Presidente da Mesa encerrada a sessão, eram 12 horas e 25 minutos, mandando que de tudo, para constar, se lavrasse a respetiva ata.

O Presidente da Assembleia Municipal,

O 1.º Secretário.
